



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

EM: 01.04.2025

INÍCIO: 15h30min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ

SR. LUIZINHO GOEBEL

SR. ALEX REDANO

SECRETÁRIO: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

SRA. DRA. TAÍSSA

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 6ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão

Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Quero cumprimentar as pessoas aqui da plateia, a nossa imprensa aqui presente; agradecer a presença do Excelentíssimo Vereador Oscar Porto, da Cidade de Alvorada. Aqui também a Vereadora Nice Condaque, da cidade de Cacoal, do nosso Partido União Brasil. Está o nosso Professor, Diretor, já foi Diretor do IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia) por muitos anos e hoje está na Coordenadoria de Mestrado do IFRO-Cacoal, Professor Davys. O nosso amigo Edinho, lá de Alvorada. Diversos amigos aqui presentes. Para nós é uma grande satisfação tê-los aqui conosco.

Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Sim, Senhor Presidente. Antes quero lhe cumprimentar, Deputado Cirone, a todos que acompanham a Sessão aqui no plenário, a todos que nos assistem, a todos os servidores da Casa.

(Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior)

Lida a Ata, Senhor Presidente.

(Às 16 horas, o senhor Cirone Deiró passa a presidência ao Senhor Luizinho Goebel)

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Lida a Ata. E solicitamos se há alguma observação. Não havendo, dou-a por aprovada.

Solicito à Senhora Secretária, eminente Deputada Cláudia de Jesus, que faça a leitura do Expediente recebido.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Concedido, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, população de Rondônia que nos assiste pela TV Assembleia Legislativa, é com muita alegria que eu tenho hoje ao meu lado uma mulher que representa muito da força da mulher rondoniense. Talvez você que está assistindo não a conhece, Dona Odaísa Fernandes. Essa mulher que, de copeira da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Velho, se tornou vereadora, se tornou deputada estadual constituinte, fazendo parte da redação da 1º Constituição deste Estado. Posteriormente galgou o cargo de vice-governadora, a primeira e única mulher até hoje a sentar na cadeira do Governo do Estado de Rondônia, por três vezes, quando em exercício, quando o governador entrou.

Dona Odaísa Fernandes, a mulher responsável por inserir na Constituição do Estado de Rondônia a educação inclusiva. E eu como pai atípico tenho uma gratidão enorme. Essa mulher que hoje está ao meu lado, que faz parte da própria história do Estado de Rondônia, foi a responsável por colocar na Constituição do Estado a Delegacia da Mulher.

E para minha alegria, colegas deputados e todos vocês que me assistem, a sabedoria também reside no grupo dos conselheiros. E hoje fui procurado pela ex-deputada Odaísa

Fernandes, constituinte, quando chegou ao meu gabinete e disse: "Deputado Delegado Camargo, eu acompanho seu trabalho, eu vejo o que você tem feito pela nossa gente e eu quero me voluntariar para trabalhar e estar ao teu lado para a gente lutar pelos direitos da nossa gente."

Para mim é um motivo de orgulho. Então você verá inúmeras vezes eu aqui, no local que você confiou o voto em mim, sentado ao lado dessa grande mulher. E já aproveito a todos para convidar: no mês de junho a Dona Odaísa fará aniversário, dia 10 de junho, e eu terei a honra de propor a ela, e já foi protocolado nesta Casa, a tríplice coroa. As três maiores homenagens da Assembleia Legislativa devem por direito, por respeito à história que essa mulher construiu, ser concedida os três maiores títulos da Assembleia Legislativa.

Portanto, você que me assiste, está vendo uma mulher que traduz a força da mulher rondoniense. E para mim é um motivo de orgulho poder ter a senhora ao meu lado para me aconselhar, porque há ensinamentos que você não encontra em faculdade alguma, em livro algum; há coisas que somente a vida, a escola da vida irá lhe ensinar. E isso só vem com os cabelos brancos.

Então, muito obrigado, Dona Odaísa Fernandes. Eu peço a todos uma salva de palmas em respeito à história dessa mulher que traduz a força da mulher rondoniense. Muito obrigado pela presença e por confiar no meu trabalho.

Presidente, eu vou passar - quebrando o protocolo -, apenas a fala à deputada, porque ela tem por Regimento Interno, cadeira cativa e vitalícia neste Parlamento. A fala está com a senhora, Deputada Odaísa Fernandes.

A SRA. ODAÍSA FERNANDES FERREIRA - Boa tarde a todos. Eu só quero agradecer, em primeiro lugar, agradecer a Deus porque tudo que somos, nós não somos porque merecemos, é porque Deus nos concede. E dizer a todos vocês, que para mim é uma honra muito grande. Um país como o Brasil - eu mulher, negra, pobre, e galgar os cargos que eu consegui, só por Deus. Porque não nascemos capacitados, é Deus quem nos capacita.

Eu quero agradecer a todos os eleitores de Porto Velho que me galgaram ao cargo de vereadora;, deputada estadual; cheguei à deputada federal; vice-governadora do Estado de Rondônia - como eu disse bem ao deputado -, assumi três vezes a governadoria do Estado e sempre trabalhei para o povo de Rondônia. O político tem que saber que o eleitor entrega um cheque em branco e para preencher esse cheque, é o trabalho, o respeito, a dedicação ao povo. O povo não quer muito, o povo quer respeito, trabalho, dignidade.

É preciso que nós, que somos políticos, temos que dar uma repensada em tudo o que fazemos em prol do povo, porque o povo é sábio, ele sabe quem realmente trabalha para ele.

Eu procurei o deputado - que eu acompanho o trabalho do deputado -, e ele tem um trabalho voltado para quem mais precisa. Isso é muito importante, Senhor Presidente, nós termos esse trabalho voltado para os menos favorecidos. Se todos, como político, como ser humano - não é só o político, não, qualquer ser humano - trabalhar para o povo que precisa, nós estaríamos vivendo em outra situação o nosso país.

Infelizmente, tem muita gente que não pensa no próximo. Acha que pode tudo, e nada se pode sem Deus colocar a mão Santa e Bendita. Deputado, muito obrigado pelas suas palavras. Que Deus nos dê força, luz e sabedoria para todos nós termos um coração voltado para ajudar mais a quem mais

precisa. Que Deus nos proteja a todos. Força e luz para todos nós. Um abraço.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Muito obrigado, Deputada Odaísa Fernandes. Segue a leitura do Expediente, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Procede à leitura do Expediente recebido a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

1 - Ofícios n°s 1131, 1080/2025 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares n°s 1665, 1667/2025 de autoria do Deputado Delegado Camargo.

2 - Ofícios n°s 1210, 1171/2025 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares n°s 1695, 1696/2025 de autoria do Deputado Delegado Lucas.

3 - Ofícios n°s 1297, 1264, 1898, 1290, 1169, 1172, 1165, 1273, 1186, 1206, 1163, 1259, 1191/2025 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares n°s 1639, 1640, 1641, 1643, 1644, 1646, 1647, 1648, 1650, 1652, 1654, 1658, 1659/2025 de autoria da Deputada Dra. Taíssa.

4 - Ofícios n°s 1282, 1280, 1292/2025 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares n°s 1686, 1687, 1688/2025 de autoria do Deputado Edevaldo Neves.

5 - Ofícios nºs 1262, 1271, 1295/2025 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1660, 1662, 1664/2025 de autoria do Deputado Eyder Brasil.

6 - Ofício nº 1261/2025 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1681/2025 de autoria da Deputada Ieda Chaves.

7 - Ofícios nºs 1278, 1294/2025 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1691, 1694/2025 de autoria do Deputado Ismael Crispin.

8 - Ofícios nºs 1285, 1283, 1281, 1284, 1277, 1272, 1325, 1189, 1298/2025 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1668, 1670, 1671, 1672, 1673, 1675, 1676, 1677, 1678/2025 de autoria do Deputado Laerte Gomes.

9 - Ofício nº 1274/2025 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1636/2025 de autoria do Deputado Pedro Fernandes.

10 - Ofício nº 1202/2025 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 1635/2025 de autoria da Comissão de Transportes e Obras Públicas.

11 - Ofício nº 78/2025 - Tribunal de Justiça do Estado - TJ/RO, comunicando que negou seguimento ao Agravo em Recurso Extraordinário em Embargos de Declaração em Direta de Constitucionalidade nº 0804417-08.2022.8.22.0000.

12 - Gabinete do Senhor Deputado Alex Redano, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 12 de março de 2025.

13 - Gabinete do Senhor Deputado Cássio Gois, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 25 e 26 de março de 2025.

14 - Gabinete do Senhora Deputada Cláudia de Jesus, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 26 de março de 2025.

15 - Gabinete do Senhor Deputado Delegado Camargo, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 25 de março de 2025.

16 - Gabinete do Senhor Deputado Delegado Lucas, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 12, 19 e 26 de março de 2025.

17 - Gabinete do Senhor Deputado Ezequiel Neiva, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 19 de março de 2025.

18 - Gabinete do Senhor Deputado Jean Oliveira, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 11, 12 e 25 de março de 2025.

19 - Gabinete do Senhor Deputado Nim Barroso, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 26 de março de 2025.

Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Passemos às Breves Comunicações. Com a palavra, o eminente Deputado Cirone Deiró, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde Deputado Luizinho Goebel, presidindo esta Sessão, demais colegas deputados, tanto de forma presencial e os que estão trabalhando de forma remota. Cumprimento a Excelentíssima Deputada Ieda Chaves, a Deputada Cláudia de Jesus, as pessoas aqui na nossa galeria,

nossos assistentes legislativos que estão pedindo a votação do Projeto de Lei Complementar. O Presidente já está à Mesa para analisar, e cumprimento também os nossos servidores desta Casa.

Cumprimento especial o Vereador Oscar Porto, do Município de Alvorada D'Oeste, nosso parceiro lá em Alvorada D'Oeste. É uma satisfação trabalhar junto contigo, sempre em defesa do povo rondoniense dos nossos munícipes de Alvorada D'Oeste.

Está conosco também a Vereadora Nice Condaque, da cidade de Cacoal, do nosso partido. Ela tem feito lá um grande mandato, um grande trabalho, sempre em defesa das pessoas da nossa cidade e da região. Quero desejar sucesso a vocês dois, que Deus continue abençoando grandemente e que vocês possam estar sempre trabalhando em prol da nossa sociedade.

Nosso eterno Diretor, Professor Davys Sleman. O Professor Davys, que tem feito um grande trabalho no IFRO. Deputado Luizinho Goebel, ele pegou o IFRO de Cacoal com 75 alunos e entregou com quase quatro mil alunos. É uma pessoa que teve uma entrega muito importante, impactou na vida de muitas pessoas ali em nossa cidade Cacoal. Então, para nós é uma satisfação tê-lo aqui, agora como Coordenador do curso de Mestrado.

Vimos fazer algumas tratativas com o Governo do Estado, para estreitar essa relação e oportunizar aos nossos profissionais da Educação, nossos professores, a possibilidade de fazerem um Mestrado profissional aqui dentro do Estado de Rondônia, em parceria com o IFRO.

Amigo Edinho, aqui presente. Vereadora Sol de Verão, de Jarú. A todos os amigos e colegas que estão aqui na nossa galeria.

Nessa tarde, Presidente, trago que hoje nós tivemos a celebração da conquista de 180 policiais que passaram de Cabo para 3º Sargento no Estado de Rondônia. A briosa Polícia Militar, que faz um grande trabalho aqui no Estado de Rondônia. Temos aqui dois parlamentares que são ex-policiais militares, que são o Deputado Ezequiel Neiva e a Deputada Dr^a Taíssa, que compuseram as trincheiras da Polícia Militar no Estado de Rondônia.

E nós sabemos a importância que tem a Polícia Militar. Ser policial militar é ter uma missão. Pois na hora que precisar combater o crime, o policial militar está pronto. Na hora que precisar socorrer em um incêndio, como foram as queimadas aqui no Estado de Rondônia, o policial está pronto. Agora, nas enchentes, a Polícia Militar está pronta. É crise hídrica, a Polícia Militar está pronta.

A Polícia Militar é um braço do governo em todos os cantos desse rincão brasileiro, aqui no Estado de Rondônia. Nossos parabéns a esses 180 profissionais que, hoje, se graduaram como 3º Sargentos.

Quero saudar o Governador Coronel Marcos Rocha, pela valorização da segurança pública aqui no Estado de Rondônia, à Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnica-Científica, Polícia Penal. As nossas forças de segurança, que foram muito bem valorizadas aqui no nosso Estado. Com isso, temos uma segurança que está pronta a qualquer momento para defender a nossa sociedade rondoniense.

É uma satisfação receber aqui nosso amigo Pitbull, que está aqui na nossa galeria. É uma alegria tê-lo aqui, uma pessoa de Porto Velho que nos representa muito bem.

Quero também, nessa tarde, Presidente Luizinho Goebel, chamar a atenção do nosso Governo do Estado, através da Seduc, do Iperon (Instituto de Previdência dos Servidores

Públicos do Estado de Rondônia) em relação à aposentadoria dos nossos servidores da Educação.

Nossos servidores da Educação, do quadro estadual, quando vão se aposentar tem que começar a pegar a documentação, declaração, ponto de frequência. É uma série de documentação, uma série de burocracia que eles já vêm fazendo todo ano para fazer a atualização. Quando um servidor federal pede aposentadoria, com 30 dias, 60 dias ele está aposentado. E quando um servidor estadual vai pedir aposentadoria, pedem tanta comprovação desses servidores para que ele possa se aposentar que leva um ano, dois anos, três anos.

Então, eu quero chamar a atenção da nossa equipe de gestão de pessoas, da Secretaria de Educação, juntamente com o Iperon, para nós criarmos um protocolo e essas pessoas, quando der o tempo de trabalho, elas simplesmente façam o pedido. Com 30 dias delibere, que já tenha essas comprovações para que os nossos servidores que prestaram um grande trabalho durante todos os anos possam se aposentar. Isso serve para a Secretaria de Educação, para as demais Secretarias aqui do Estado, que todos os servidores, que a gente tenha uma gestão que quando ele pedir a aposentadoria, a gente consiga aposentar em um prazo breve aqui no Estado de Rondônia.

É uma demanda antiga, é uma necessidade antiga. Alguns passam por dificuldades em uma aposentadoria. Às vezes trabalhou tanto tempo e quando vai desfrutar de uma aposentadoria demora dois anos, três anos. Tem alguns que não conseguem nem aposentar que acabam falecendo, como aconteceu com o meu amigo Albanir, lá na cidade de Cacoal.

Então, é um pedido nosso para que a gente, juntos com a Assembleia Legislativa, se precisar mexer na legislação,

naquilo que precisar da contribuição da Assembleia para nós desburocratizar e fazermos com que os nossos professores, os nossos servidores aqui do Estado de Rondônia sejam aposentados o mais breve possível.

Para encerrar, Presidente, quero aqui dizer que nós fizemos aqui na Assembleia Legislativa uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça. A primeira "CCJ Cidadã" no interior do Estado de Rondônia e foi na cidade de Cacoal. Fizemos ali o debate de alguns projetos importantes e entre esses um Projeto de Lei apresentado para que nós fizéssemos uma modificação na Lei 1.200, em que há dúvida entendimento com relação à interpretação desta lei. Empresas que já são autarquias, empresas que já são do município, como é o caso do SAAE (Sistema Autônomo de Água e Esgoto) de Cacoal, SAAE de Vilhena, SAAE de Alvorada D'Oeste, algumas empresas privatizadas que estão no esboço de saneamento e distribuição de água potável no Estado de Rondônia, estão nessa interpretação de possível privatização ou concessão.

Então, foi apresentado esse projeto, foi pedido vista por alguns colegas para melhorarem essa redação do projeto e melhor entendimento, para que nós possamos fazer essa modificação e dar a tranquilidade a esses municípios que, hoje, já tem um serviço de água potável, um tratamento de esgoto adequado que possa permanecer como a população quer.

E outro artigo que seria colocado nessa lei é que aqueles municípios que querem que seja feita a concessão, que seja passado pela Câmara de Vereadores, que seja debatido na Câmara de Vereadores; que sejam feitas audiências com a sociedade para que o município, voluntariamente, entre no plano de concessão de água e de esgoto aqui do Estado de Rondônia. E para isso foi feito um Requerimento, hoje, aqui na Assembleia Legislativa pedindo à Sedec - Secretaria de Estado do Desenvolvimento do Estado -, para que suspenda

essa audiência na próxima sexta-feira, dia 4, e consiga adequar e ver a realidade do Estado em todos os 52 municípios, aqueles que realmente vão querer participar dessa concessão.

Há algumas desinformações em relação a esse projeto aqui do Governo do Estado em relação à concessão. Muitos municípios dizem que não receberam esse documento pedindo ou não a entrada deles na concessão. Então, para que não haja dúvidas, que prorogue para outra data, que os municípios sejam novamente notificados, que a lei que nós vamos fazer, dessa concessão voluntária, possa ser atendida no Estado de Rondônia.

Era isso nessa mensagem de hoje. Que Deus continue abençoando o povo rondoniense. Que possamos fazer muito mais, com discernimento, com sabedoria para beneficiarmos a nossa sociedade rondoniense. Meu muito obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente Luizinho Goebel, permite um aparte?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Concedido, Presidente.

O SR. ALEX REDANO - Quero aqui cumprimentar os nossos queridos amigos assistentes legislativos. Quero aqui, de público, parabenizar o trabalho de todos vocês. Falar que agora há pouco estava falando do trabalho de vocês e tranquilizá-los que nós estamos discutindo sobre algum benefício especial, que vocês realmente merecem. E deixar público aqui um compromisso que enquanto não resolver a

categoria de vocês, nenhuma categoria irá avançar. Para fazer justiça com a categoria de vocês, que realmente precisa ser valorizada. Quem participou da reunião sabe, junto com o Arildo e o pessoal.

E aos demais funcionários da Assembleia Legislativa, tenho boas notícias. Estávamos em reunião agora, nesse momento, ali atrás, com o Presidente Mirin. É ruim falar data, mas, possivelmente, semana que vem ou nas próximas Sessões. Melhor, nas próximas Sessões...

O SR. CIRONE DEIRÓ - Mês de abril.

O SR. ALEX REDANO - Mês de abril! Boa, Deputado Cirone! Possivelmente nós vamos votar um reequilíbrio, possivelmente chegando a quase 10% da recomposição salarial; e o PAI, o Plano de Aposentadoria Incentivada, só que com o pedido de 6% para 7% que, possivelmente, será atendido também. Então, alguns avanços. Estamos falando aqui na categoria geral.

Quero parabenizar o trabalho de todos vocês. A Assembleia Legislativa é muito bem servida. São concursados, estudiosos que fazem o trabalho da Assembleia ser reconhecido. Então, parabéns. Somos muito gratos pelo trabalho de todos vocês. Sintam-se sempre à vontade para prestigiar a nossa Sessão.

Muito obrigado pela presença de todos vocês. Obrigado, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Passamos a palavra à Deputada Ieda Chaves, nas Breves Comunicações.

A SRA. IEDA CHAVES - Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos que estão nos ouvindo de forma on-line. Uma boa tarde também aos assistentes legislativos, estamos juntos na luta de vocês, podem contar com a gente.

Hoje, eu gostaria de me dirigir à população de Porto Velho para falar um pouco do meu trabalho desses últimos dois anos, nos quais a gente vem trabalhando, principalmente na causa da mulher. Temos muitas causas. A causa pet, também.

Mas, eu gostaria de falar que, logo nos primeiros dias do meu mandato, eu liderei a criação da Frente Parlamentar Feminina, um marco histórico que visa dar maior visibilidade às demandas e necessidades das mulheres em todo o nosso Estado.

Em seguida, participei ativamente do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, buscando soluções concretas para combater este grave problema que assola a nossa sociedade.

Após anos de lutas e articulação, finalmente, conseguimos assegurar cerca de R\$ 18 milhões para a construção da Casa da Mulher Brasileira, e esse recurso já está empenhado. Temos o extrato desse valor, que está à disposição da prefeitura de Porto Velho para que essa obra tão importante, que vai mudar a vida de muitas mulheres, seja entregue para a nossa sociedade.

Para isso basta apenas o Município de Porto Velho cumprir alguns requisitos que antecedem uma licitação. Algum projeto, algo que possa fazer esse dinheiro chegar até Porto Velho. Esse dinheiro, é como se ele estivesse bloqueado, não pode ser usado para outro fim. Esse dinheiro é do governo federal, não pode ser usado para outro fim, apenas para a construção da Casa da Mulher Brasileira.

Eu tenho certeza de que o Executivo Municipal tem todo interesse em fazer e entregar essa obra para as nossas mulheres aqui em Porto Velho, que também vai beneficiar Rondônia de alguma forma. A gente conta com a agilidade do município, porque se isso não for feito a gente sabe como é recurso federal, ele pode voltar.

O terreno também já está disponível, escriturado. A gente tem certeza e conta com a eficiência do Executivo Municipal para executar e entregar essa obra para Porto Velho.

Eu também estive, agora na última semana, participando de um congresso, do 5º Encontro Nacional da Procuradoria das Mulheres, no Distrito Federal. Um evento que ocorre anualmente, visando fortalecer a articulação das Procuradorias da Mulher no Legislativo, e garantir a maior participação da mulher na política.

Acreditamos que a presença feminina nos espaços de Poder é fundamental para construirmos uma sociedade mais justa e igualitária. E eu tenho a honra também de falar para vocês que agora a Assembleia Legislativa de Rondônia tem uma Procuradoria da Mulher, da qual eu sou Procuradora Especial, nomeada pelo Presidente. A gente fez essa solicitação, o Presidente Alex Redano prontamente se colocou à disposição, não só da Deputada Ieda Chaves, como de todas as cinco deputadas aqui da nossa Casa. Então, a gente tem mais uma força para trabalhar em prol das mulheres de Rondônia.

No entanto, em meio a tantas conquistas, tenho sido alvo de ataques políticos infundados e de pessoas em nosso Estado, com fontes articuladas em nossa capital.

Essas tentativas de me desacreditar não me desviarão do meu compromisso com o povo de Rondônia. Reitero que seguirei trabalhando com ética, transparência e determinação

para honrar a confiança que vocês depositaram em mim. Agradeço a todos que me apoiam e confiam em meu trabalho. Juntos construiremos um futuro melhor para a Rondônia, com justiça, igualdade e oportunidade para todos. Muito obrigada.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Obrigado, Deputada Ieda Chaves.

Com a palavra, Deputado Ezequiel Neiva.

Presidente Redano, a respeito do Projeto de Lei Complementar dos assistentes legislativos, quero visar. Visar, sim, para aprovar logo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Senhor Presidente, senhores deputados, deputadas, nossa plateia aqui, assistentes legislativos que prestam um trabalho de excelência à nossa Casa, nosso muito boa tarde a todos vocês. Com alegria nós estamos novamente nesta tribuna.

Senhor presidente, hoje, me lembrando, vendo algumas reportagens do alagamento da nossa BR que liga os municípios de Nova Mamoré e, em especial, também Guajará-Mirim, que é o município de fronteira, e prestando atenção, Senhor Presidente, no descaso que a usina de Jirau está tendo ali com aquela população. Haja vista que essa usina já está aí há bem mais de 10 anos, 12 anos, e até hoje eles não se preocuparam em levantar o aterro daquela BR ali para que aqueles dois municípios não ficassem ilhados. Então, faço uma declaração de repúdio nessa tarde às usinas de Jirau, porque já era para ter feito este aterramento ali há muito tempo e não fizeram.

Fiz uma indicação, Senhor Presidente, para que o DER, o nosso DER, possa estar ali na nossa rodovia 420, colocando nos rios Formoso, Vertente e Oriente, dentro da Estrada Parque, justamente, alguns tubos armcos ali, porque tubos de 4,60, 4,70, se você colocar naquela rodovia, nós vamos conseguir atender àquela demanda. Terra, deputada, de Mamoré, que é a minha terra, onde tenho propriedade e fui o mais votado, diga-se de passagem. E é por isso que estou defendendo Nova Mamoré, juntamente com Vossa Excelência, e defendo também Guajará-Mirim.

E acredito que o nosso diretor do DER venha fazer isso, porque já tem duas, três indicações, Eder, que eu faço esse apelo a você, meu irmão, que vá lá na rodovia 420. Leve lá os engenheiros para que eles autorizem a colocar, porque se você for fazer ponte ali, muito tempo vai se passar e muito tempo vai demorar e nós vamos ficar ilhados. Só temos ali uma rota para sair. E a 420 é justamente uma rota alternativa para se passar e sair de Guajará e sair também de Mamoré.

Por outro lado, Senhor Presidente, eu quero aqui fazer um convite para os dias 3, 4 e 5, em Cerejeiras, acontece a 2ª Edição da Agrocom (Feira de Negócios do Agro, Comércio e Família de Cerejeiras). E eu quero aqui fazer um convite especial a todos os parlamentares, que participem, que vão a Cerejeiras nesses dias 3, 4 e 5 participar conosco da 2ª Edição da Agrocom, que é uma feira de negócios da cidade. E para nós vai ser uma honra recebê-los todos por lá. Um abraço. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Senhor Presidente, quero aqui anunciar em primeira mão, no Diário Oficial do Poder Executivo do Estado de Rondônia, a nomeação do Secretário-Chefe da Casa Civil, Elias Rezende.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Aí está bom.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Como é que é, líder do governo?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Como é que é, líder? Não entendi direito.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Não entendi bem aí. O senhor pode, por favor...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Questão de ordem aqui.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Concedida.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Ao Presidente interino aqui, que está ocupando a cadeira. Foi nomeado como Chefe da Casa Civil o Secretário Elias Rezende. Acabou de sair aqui no Diário Oficial. Só comunicar aos senhores deputados da nomeação do novo Chefe da Casa Civil.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Muito bem, já era hora. Quero parabenizar de antemão o Elias Rezende por ser o nosso novo Chefe da Casa Civil. Muito trabalho pela frente, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Isso aí.

Com a palavra a Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Olá, Rondônia. Dizer, Presidente Luizinho e toda a nossa região de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, nós sabemos, Vereadora Sol, nós sabemos que, infelizmente, desde semana, há alguns dias, nós estamos com a nossa BR-425 alagada. Estive prontamente lá em Brasília, juntamente com a chefia do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), solicitando o estudo do levantamento da nossa BR-425, porque a gente sabe que, infelizmente, essa situação que nós estamos ocorrendo agora, de um isolamento, pode se agravar ainda mais.

Estamos tendo chuvas torrenciais, infelizmente, hoje, comunidades sendo isoladas, pessoas sofrendo, crianças sem ir para a escola, justamente por causa da chuva, mas eu não posso deixar aqui de agradecer. Agradecer a toda equipe do DNIT lá em Brasília e aqui também do André que me atendeu prontamente, que "startou" o estudo de viabilidade para o levantamento da nossa BR-425. Agradecer ao Comandante do Exército que disponibilizou a questão de verificação da ponte que eles têm, mas a metragem que tinha em relação à alagação, a ponte que o Exército tem não é o tamanho adequado e por isso que não foi colocada.

Os guinchos que foram colocados lá na nossa região para auxiliar toda a população naquela travessia e agradecer também ao Coronel Éder, que prontamente colocou toda a sua equipe à disposição para fazer o desvio. Mas isso só com autorização do nosso Governador Coronel Marcos Rocha. Eu estive na segunda-feira lá em Brasília, no DNIT, liguei para o nosso Governador, prontamente nos atendeu. Colocou à disposição as aeronaves, a equipe do DER para fazer o desvio

ali ao redor nas propriedades rurais, para que a 425 não ficasse isolada.

E hoje, Deputado Rodrigo Camargo, nós estávamos com três trechos de alagação, com nove quilômetros de guincho as pessoas demorando de quatro a cinco a mais de viagem de Porto Velho a Guajará-Mirim ou Nova Mamoré, em decorrência da alagação. Hoje, com o desvio, diminuiu para 1600 metros e consequentemente o tempo que as pessoas estavam despendendo nesse deslocamento.

Sabemos que tem a questão que, infelizmente, o Beni deu um alerta e esse alerta faz com que automaticamente, aparentemente, as chuvas não vão diminuir. Isso agrava ainda mais a nossa região. Mas, precisamos não só trabalhar agora - isso é um alerta que eu faço para o DNIT e toda a equipe -, mas pós essa situação que nós estamos passando, que realmente o estudo ocorra; que ocorra o levantamento da BR-425.

Sabemos da importância da nossa 420. Prontamente hoje, neste momento, Deputado Ezequiel, toda a equipe do DER está lá fazendo a manutenção do rio Oriente, da ponte, porque a gente sabe que pode ficar toda parte isolada e as saídas somente pela 420, que é uma via crucial não só para o agronegócio, não só para os produtores, mas, hoje, para acesso à população.

No final de semana, eu estive na região, Deputado Camargo, lá de Costa Marques e quem me conhece sabe que a minha pauta é saúde. Fiquei muito assustada de saber que uma região tão semelhante como a minha, que tem três centros cirúrgicos - na verdade, dois centros cirúrgicos e um obstetra -, precisa urgente da mão do Governo do Estado.

Hoje, aproveitando a Comissão de Saúde, indaguei o nosso Secretário para que a gente possa buscar uma saída para Costa

Marques; para que aqueles centros cirúrgicos possam colocar em funcionamento, porque dinheiro público, são as pessoas que precisam de cirurgias, as pessoas precisam do atendimento. Não podemos deixar as mãezinhas que precisam dos partos, que são tão importantes, deixar muitas vezes de ter o parto ali em Costa Marques ou muitas vezes tem uma gravidez de risco... E como tivemos os noticiários, há poucas semanas atrás, uma vida, uma criança que acabou falecendo em decorrência dessa falta de saúde, de forma precária.

Mas, aqui agradeço prontamente ao Secretário nos atendeu hoje, tanto eu como Prefeito Fabiomar, o Prefeito Mirandão. Estivemos conversando sobre essa demanda e a Sesau se comprometeu a tomar as atitudes devidas para poder fazer tudo que estiver possível e melhorar a saúde ali. Eu falo isso, eu sou de uma região ali da 425, mas ali em Costa Marques, em São Francisco do Guaporé, ali na 429 tem muitas pessoas que são da minha região e eu não posso deixar pessoas que são descendentes lá, porque Guajará-Mirim, Deputado Camargo, é um berçário de Rondônia e nós precisamos melhorar a saúde de uma ponta a outra do Estado.

Eu, como deputada estadual, pode contar comigo, porque onde tiver carência de saúde, aqui tem uma deputada que não vai se calar. Muito obrigada.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Com a palavra o Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhores deputados, povo de Rondônia que nos assiste. Minha gente, eu quero falar para vocês sobre um assunto que pode vir a impactar diretamente no seu bolso, diz respeito ao serviços de água esgoto dos

52 municípios do Estado de Rondônia, que estão prestes a ser privatizados de forma compulsória, sem ouvir os prefeitos envolvidos, as Câmaras de Vereadores e a população.

Aportou nesta Casa e contra fatos, olha, não há argumentos. Não adianta vir com mimimi, com *fake news*, com desinformação, porque a verdade é nua e crua, e eu vou provar. Por favor, coloque no telão, Milson, o slide.

(apresentação de slides no telão)

Aportou aqui nesta Casa, está lá sublinhado e em vermelho, no dia 26 de setembro de 2023, a Mensagem 136. O que diz respeito essa Mensagem? A privatização dos serviços de água e esgoto do Estado de Rondônia, através da criação das microrregiões. Está lá a data, 26 de setembro. Próximo slide.

Na Sessão - e ali está a Ata da Sessão, o documento oficial desta Casa -, do dia 10 de outubro, ou seja, 15 dias depois, foi votado esse Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo. O documento está ali na tela.

"Deputado Camargo, eu ainda não estou botando fé nesse documento." Pois bem, eu recuperei o vídeo do dia dessa Sessão. Porque alguns colegas confundiram quando ela foi votada. Então, por gentileza, pode rodar o vídeo. Aumente o volume. **(Apresentação de vídeo no telão)**

O SR. PEDRO FERNANDES (Por videoconferência) - Presidente, registra a minha presença, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado. Então, contra fatos não há argumentos. Esse projeto chegou na Casa dia 26 e foi

votado no dia 10, com a minha abstenção. Portanto, 15 dias depois. Contra fatos, não há argumentos, conforme o vídeo demonstra e a Ata desta Casa aqui também.

Muito bem, posteriormente, para corrigir essa imposição aos municípios de aderirem a essa microrregião, eu propus um Projeto de Lei Complementar corrigindo isso e deixando aos municípios a faculdade de aderir ou não a esse projeto. Já que alguns municípios, como por exemplo, Cacoal e o serviço de Ariquemes, que já possuem as suas concessionárias para fazer a distribuição e a coleta de esgoto.

Na tela, por favor, o número do projeto. Está ali, e disseram: "Deputado Camargo, você propôs errado, era Projeto de Lei Complementar e você propôs Projetos de Lei Ordinário." Está aí mais uma *fake news*, mais uma desinformação. Está lá, Projeto de Lei Complementar, basta qualquer cidadão acessar o site SAPL (Sistema de Apoio ao Processo Legislativo) da Assembleia Legislativa que está lá. Está lá, Projeto de Lei Complementar de autoria do Deputado Delegado Camargo. Próxima.

Portanto, senhores não é Projeto Lei Ordinária, é Projeto Lei Complementar. Contra fatos, não há argumentos. Tive a oportunidade de ainda tirar uma foto do cabeçalho do projeto, que bastava uma simples leitura e lá está escrito também, Projeto de Lei Complementar.

Muito bem, ocorre que acabo de receber o apoio explícito, documental e registrado do legítimo representante do Município de Ji-Paraná, Prefeito Affonso Candido, dizendo que não tem interesse de entrar nesta grande privatização de porteira fechada do Estado. Ji-Paraná. Qual é a próxima?

Cacoal, ex-deputado Fúria, hoje prefeito. Ele informou: "Deputado Camargo, Cacoal também não quer privatizar. Estou

mandando para você, meu irmão, dando apoio ao seu projeto, o povo cacoalense não quer privatizar." Está ali o documento.

Vilhena, Delegado Flori, informou a mesma coisa: "Deputado Camargo, Vilhena não quer privatizar. Está vindo a toque de caixa, você votaram sem nos ouvir!". Próximo.

Primavera de Rondônia, Prefeito Lucas também não quer. Nova Brasilândia também não quer. Presidente Médici - tudo assinado pelos prefeitos - também não quer. Próximo. Tem mais um. É o último que eu mandei o último documento. Acabo de receber em meu celular, o documento do prefeito da capital, Prefeito Léo Moraes.

Por gentileza, ache do documento e mostre na tela, ou seja esse projeto que apresentei, um Projeto de Lei Complementar, repito, volta dar o livre arbítrio para os municípios, através do prefeito, consultando a população, com aprovação da Câmara de Vereadores, decidir se vai fazer parte ou não dessa microrregião.

Por isso, solicito aos colegas deputados e quando apresentei esse projeto houve um pedido de vista. Eu acho isso muito importante, alguns colegas pediram vista para debater, aprimorá-lo, enriquecê-lo e é esse o papel do Parlamento, desta Casa e não simplesmente votar da forma como vem, sem discutir.

Portanto, deixo aqui registrado, peço de novo que mostre o documento da Prefeitura de Porto Velho. Porto Velho, assinado Leonardo Barreto de Moraes, Prefeito Léo Moraes, da capital, e também dizendo que não tem interesse.

Portanto, senhores deputados, acredito que essa Casa precisa corrigir esses erros dando e resgatando autonomia dos municípios, conforme determina o artigo 30 da Constituição Federal, para que cada um, dentro das suas

realidades locais dentro do interesse comum de cada região possam optar ou não a integrar essa microrregião.

Espero que os colegas possam se debruçar sobre o projeto que apresentei trazendo melhoramentos, enriquecendo os debates e já aproveitando para pedir ao líder do governo, que está agendado uma Audiência Pública, que suspenda essa Audiência Pública. Os municípios de Rondônia, em sua grande parte, não têm interesse. Aí, sim, de uma forma madura, de uma forma coerente, com calma, tranquilidade possam decidir o destino da nossa gente com projeto de tamanha importância. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Faço das falas do Deputado Camargo as minhas, e quero exemplificar, poderia falar de muitas outras cidades, como foi citado aqui pelo Deputado Camargo, mas eu quero me resumir a minha cidade Vilhena.

No passado, em Vilhena a gestão era da Caerd. Uma gestão municipal assumiu essa responsabilidade transformando em um sistema municipal de água e esgoto. Hoje, é uma pasta que funciona bem, que dá resultados e que, inclusive, além da distribuição de água, nós temos outros tipos de serviços que são subsidiados pelo sistema de água e esgoto, como exemplo disso, coleta de lixo, limpeza em alguns pontos e outros serviços que dependem da prefeitura municipal.

Então, a cidade de Vilhena é contra entrar nesse pacote. Talvez seja necessário privatizar os serviços em Vilhena, no futuro, porque nós precisamos fazer o saneamento e daí o caixa não suporta. Mas, por outro lado, nós entrarmos em um pacote a nível de Estado, que pega o Estado de ponta a ponta, realmente é inaceitável, principalmente quando não se discute, quando não se discute; e principalmente que essas

as distribuidoras de água estão distribuídas nos municípios. E os municípios tem que ter autonomia para definir ou não.

Diante desta proposta que nós temos aqui essa Lei 1.200, os municípios praticamente não têm sequer a possibilidade de opinar. Foi feito um Requerimento aqui, Deputado Cássio, o Requerimento foi assinado por vários deputados, 10 deputados. Nós temos aqui um Requerimento proposto pela Assembleia Legislativa, inclusive já temos aqui 11 assinaturas, gostaria de convidar outros deputados a assinarem, solicitando a suspensão desta Audiência Pública. Até entendemos que se não for acatado esse pedido, a própria audiência não vai ter validade. E nós estaremos presentes também dentro da Audiência Pública contestando essa forma.

Então, é esse o nosso posicionamento.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES - Questão de ordem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Questão de ordem ao Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES - Pode falar, Deputado Ezequiel. Ele pediu primeiro.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Deputado Ezequiel, questão de ordem.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, veja bem, acho que passar para os municípios já é uma questão até de honra já que a Caerd já explorou os serviços por 30 anos, em alguns municípios por mais de 30 anos.

Eu acho que todos os municípios que pegaram o exemplo de Vilhena estão fazendo uma excelente gestão, porém nós temos ainda algo um pouquinho pior, que é, Deputado Cássio, os municípios que já têm o seu saneamento básico, a rede de esgoto toda pronta.

Em Cerejeiras, por exemplo, foi feito 100% do seu esgotamento sanitário. Não existe fossa mais. Todos estão interligados ao sistema de drenagem, com lagoas de tratamento. Enfim, nós temos lá, hoje, se formos calcular o trabalho que foi feito, o gasto foi de R\$ 70 milhões.

Como é que o Município de Cerejeiras e outros que já têm o seu saneamento básico pronto vão entregar, Deputada Cláudia, todo esse serviço, todo esse custo, de graça para uma empresa terceirizada?

Não é justo fazer isso com essas cidades. E nós vamos discutir. Coloquei uma Emenda, já apresentei uma Emenda ao projeto do Deputado Delegado Camargo, para que os municípios que optarem por fazer parte dessa microrregião ou que forem vender, que o custo, que foi realizado através do seu saneamento básico, seja ressarcido na sua totalidade.

Obrigado, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Obrigado, Deputado Ezequiel. Com a palavra, o Deputado Laerte Gomes, e, na sequência, o Deputado Cirone Deiró.

O SR. LAERTE GOMES - Senhor Presidente, só para tratar do tema, é um tema que tem pautado, muitos debates.

É importante salientar que essa matéria foi aprovada aqui na Casa, pela maioria dos deputados, inclusive eu fui o relator pela constitucionalidade do projeto - esse projeto da microrregião - e, após a aprovação do projeto, houve várias Audiências Públicas. A gente tem que deixar isso aqui registrado também.

Os prefeitos, também, principalmente os reeleitos, tiveram a oportunidade de se pronunciar nas Audiências Públicas e não se pronunciaram. Os reeleitos e os que não se reelegeram, não participaram; e agora afunilou, chegando próximo ao leilão, e está aí, agora, o desespero.

Realmente é injusto àqueles municípios que fizeram seu dever de casa, e, cito aqui Alvorada D'Oeste, que é um município onde eu fui prefeito - o Deputado Luizinho também tem uma base muito forte lá, foi Diretor do DER na regional de Alvorada - e, desde a nossa época de gestão como prefeito, hoje tem 99% de saneamento básico e 100% de água tratada.

Então, os prefeitos não cumpriram também com seus deveres, as suas obrigações de se manifestarem e discutirem nas audiências que foram feitas ao longo do período em que foi votada essa matéria, Deputado Cirone, até agora. Agora viram, que está afunilando, se atentaram à gravidade dessa situação. Os municípios que já têm as parcerias público-privadas, esses estão fora; entram os municípios que têm o seu saneamento municipal e os que a Caerd administra no Estado de Rondônia.

É importante salientar também, Presidente Luizinho, que nós temos uma lei, e se não mudar, até 2033, o saneamento básico tem que ser universalizado, tem que estar 100%.

A nossa cidade de Ji-Paraná caminha nesse sentido já, com essa obra em execução. Então, é um dos municípios também que vai ter um prejuízo, porque já estamos fazendo o dever de casa: 100% de água tratada e também caminhando para ter, em dois ou três anos, no máximo, 100% do saneamento básico, causando, inclusive, um grande transtorno na cidade, mas faz-se necessário.

Então, é um debate que vai, isso com certeza, vai longe. Eu acho que precisa ter. As audiências públicas são importantes, esse debate aqui é importante, mas não vai resolver. O que é preciso é sentar com os prefeitos dos mais de 40 e poucos municípios que estão nesse pacote da microrregião.

Eu estive com o Prefeito Léo Moraes, hoje. Ele também se manifestou. Porto Velho, sozinho, cobre 34 municípios que a Caerd tem prejuízo. Só o município de Porto Velho já paga essa conta.

Então, quais serão as contrapartidas de cada município? O que vai ser investido em cada município, Deputado Alan? Isso precisa ser discutido. Mas eu acho que é uma questão política, Deputado Marcelo. Precisa-se sentar os prefeitos de todos os municípios com o Governador e tomar uma decisão política.

Pode-se fazer aqui, vai votar a matéria, vai se discutir a constitucionalidade, porque isso já caminhou. O que precisa é tomar uma decisão política.

A Caerd, a gente sabe que ela não suporta. A dívida, o déficit da Caerd é bilionário. É bilionário. Só com a Energisa é mais de R\$ 1 bilhão. Fora as dívidas trabalhistas. É uma empresa que, se ficar sem Ji-Paraná ou sem Porto Velho, ela já quebrou. Ela tem dificuldade de andar.

Constantemente nós votamos aqui nesta Casa aportes do recurso do Tesouro, podia ser investido na saúde, na educação, infraestrutura, se passa esse dinheiro para a Caerd, para poder pagar a Folha, para poder pagar dívida.

Então, a Caerd precisa tomar um rumo, um caminho. Qual caminho que eu entendo que seria necessário, Deputado Luizinho? Os prefeitos marcarem uma reunião com o Governador e tomar essa decisão política conjuntamente.

A matéria está aprovada. Eu entendo a boa vontade dos nossos parlamentares, a preocupação do Deputado Delegado Camargo, Deputado Cássio, Deputado Cirone, todos os deputados, em fazer audiência, que essas audiências são importantes, mas não vão resolver. Como essa matéria vai ser judicializada e vai ser questionada a constitucionalidade.

O que tem que ser feito para, de verdade, se tiverem preocupação com essa situação, é sentar todos os prefeitos dos municípios que estão dentro desse projeto – acho que são seis, sete ou oito municípios que já são privatizados –, sentar e discutir politicamente essa matéria. Tem que ser uma adesão política, partindo do Governador do Estado Coronel Marcos Rocha junto com os prefeitos.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Questão de ordem, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. MARCELO CRUZ – Questão de ordem, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Concedido.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Deputado Luizinho, eu falei na tribuna sobre a importância desse projeto que foi votado e realmente existe uma preocupação, assim como Deputado Laerte Gomes acabou de falar sobre essa situação. Alguns municípios de Rondônia, como Vilhena, Cacoal, Cerejeiras, Alvorada entre outros municípios, já tem um serviço de água autônomo do município, conduzido por uma autarquia.

Em Cacoal, por exemplo, o SAAE foi criado em 1977, tem seu próprio CNPJ, tem financiamentos próprios da autarquia, tem recursos do governo federal no montante de quase 120 milhões investidos para tratamento de água e ampliação do esgotamento sanitário. É uma cidade que tem mais de 97% de água potável na torneira dos cacoalenses; mais de 80% de saneamento básico feito na cidade e nós não podemos pactuar com isso.

O município de Cacoal está no mesmo hall daqueles municípios administrados pela Caerd. Então, para que não haja um confisco, vamos dizer uma concessão dessas autarquias que funcionam muito bem dentro do Estado de Rondônia, nós precisamos, sim, fazer uma alteração nessa lei para que os municípios tenham a liberdade de dizer: "Eu vou optar por participar dessa concessão com a autorização da Câmara Municipal de Vereadores, que tem a legitimidade de falar sobre o município; com audiências públicas realizadas dentro do município.".

Esse é o grande debate. Nós não podemos que o município onde tem um autarquia, que pertence ao município, alguém chegar lá e confisque e fale: "Não, esse não pertence mais ao seu município. Isso vai pertencer ao Estado e nós vamos privatizar ou vamos formar uma concessão.". Então essa é a mensagem que nós queremos trazer aqui.

E aproveitando o ensejo, Deputado Luizinho Goebel, quero parabenizar o Secretário Elias Rezende que agora acaba de ser nomeado como Secretário da Casa Civil. Ele já tem uma importante demanda para ser discutida com o Parlamento, com os prefeitos, com o Governador, com os Secretários de Estado para que nós possamos achar uma solução para esse imbróglio e não prejudicar os municípios do Estado de Rondônia, que já estão funcionando.

É isso que eu tenho a dizer. Nós estamos aí para contribuir com o crescimento do Estado, através dos nossos municípios.

O SR. MARCELO CRUZ - Questão de ordem, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Obrigado, Deputado Cirone. Com a palavra o deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ - Deputado Luizinho, boa tarde, Presidente, a nossa Mesa que hoje está composta; os demais colegas e também os deputados que aqui estão presentes e os que estão nos acompanhando de forma remota.

É importante, Presidente, a gente ter coragem de enfrentar esse tema. É importante a gente ouvir a realidade de alguns municípios que se colocam contrários, porque Já conseguiram avançar em outras gestões, pela sua história, pelo seu tempo, que consolidaram essa prestação de serviço nos seus municípios. A exemplo muito bem dito aqui pelo Município de Cacoal, em que funciona e funciona bem há muito tempo. Recebemos muitas mensagens também no sentido de apoiar

o SAAE e entendo perfeitamente, Deputado Cirone, Deputado Cássio, que são dali daquela cidade, a defesa.

O que nós temos que também entender é que o governo sinalizou a preocupação de debater esse problema. Talvez esse problema não seja localizado nesses lugares que já estão sendo atendidos. Os problemas estão nos municípios onde não tem a exemplo - quero dizer aqui, Deputado Cirone, do Município de Porto Velho -, a capital do nosso Estado de Rondônia. Tem muitos bairros da nossa cidade que a água não chega. As pessoas vão procurar uma torneira de um órgão público para abastecer um galãozinho de água. Então, é oportuno a gente debater, sim, esses problemas aqui. E não é porque no município "x" está bom, que nós não temos que debater o Estado de Rondônia. No Estado de Rondônia são 52 municípios.

Então, eu quero aqui trazer a responsabilidade e eu quero, inclusive fazer de forma coletiva, que esta Casa faça um convite, uma convocação para a Caerd vir aqui apresentar para essa Casa o planejamento, o cronograma de trabalho para saber qual é o planejamento para levar água para os 52 dos municípios de Rondônia. Isso, sim, que nós temos que fazer.

Se esse projeto não está contenta da forma que está, se amplia a discussão. É essa é a casa do Parlamento, das discussões. Se tiver que alterar, muda-se a lei. Agora, nós podemos perder o foco. O foco é o quê? Ter água para todas as pessoas. Esse é um direito que temos que garantir aqui neste Parlamento.

Então, quero deixar essa mensagem, essa fala, para que a gente possa trazer dessa discussão que surgiu, proposições, algo propositivo para a gente atingir essas situações difíceis. A exemplo, como nós temos aqui na cidade de Porto

Velho. Eu vou além. Os nossos distritos, distritos de Porto Velho que sofrem amargamente com a falta de água.

O Distrito de Nova Califórnia tem situação ali, Presidente, que quem conhece, vê o sofrimento daquelas pessoas. E assim por diante. Situações no Baixo Madeira, que hoje nós estamos com água em abundância, até demais, afetando os nossos distritos. Mas na seca, aquelas pessoas não têm água tratada para beber, utilizam água do Madeira, água barrenta, imprópria para o uso.

Então, essas discussões precisam ser ampliadas. Não vamos apenas nos ater à questão da legislação por ela, mas o objetivo que a gente quer atingir é fazer com que todas as pessoas tenham acesso à água. Era esse o nosso registro. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Questão de ordem, nesta ordem: Deputado Cássio Gois, Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Marcelo Cruz.

O SR. CÁSSIO GOIS - Quero aproveitar a oportunidade da discussão, do debate aqui, do Requerimento que foi apresentado de forma coletiva. Essa tratativa iniciou na "CCJ Cidadã", na cidade de Cacoal, nobres parlamentares. E o que a gente quer aqui é muito claro, é dar independência aos municípios que têm tido boa gestão. O SAAE de Cacoal já foi usado aqui como exemplo diversas vezes, por uma gestão que a gente vem fortalecendo.

Inclusive, um dos presidentes que passou pelo SAAE de Cacoal, hoje é vereador dessa cidade, que é o Thiago Tezzari. Ele reestruturou esse SAAE de uma forma jamais vista. Nós escolhemos desde o slogan de funcionamento, que é forte e transparente. Oferece uma água límpida, uma água com qualidade, uma água tratada, uma água que nós temos rede de esgoto e saneamento com mais de 90% na cidade de Cacoal.

A lei, hoje, traz no seio da construção da cidade de Cacoal essa estrutura de água. Nós estamos há seis anos em Cacoal sem aprovar novos loteamentos, porque a nossa preocupação é manter uma água de qualidade para os novos bairros que forem surgir. E eu quero deixar aqui registrados nos Anais desta Casa, a nossa participação nesta discussão.

Eu já vi aqui, por diversas vezes, Deputado Luis do Hospital, uma revisão de projeto, um reencaminhamento de uma nova pauta, uma discussão. A Audiência Pública é para isso, seja na Casa, ou seja através do Governo do Estado. O nosso pedido aqui é que, no momento em que está acontecendo a consulta pública, instituída pela Secretaria competente - que vai até o dia 17 de abril desse mês, e que dura por um mês, que começou no último dia 19 -, e é esse o momento correto para que a gente faça isso. Que a gente tenha tempo hábil, suspendendo essa audiência - que acontece na próxima sexta-feira -, para que a gente, durante o prazo da consulta pública, que por diversas vezes eu conversei aqui com a Deputada Cláudia de Jesus, a gente tenha um começo, um meio e um fim.

Eu ressalto aqui o que o Deputado Alan Queiroz disse: o Estado de Rondônia, o Parlamento, os 24 deputados estaduais, é como um todo. Mas, a realidade de Rondônia muda, Deputada Dr^a Taíssa, porque nós temos sete SAAE's no Estado de Rondônia que estão funcionando muito bem. E o Deputado Luizinho Goebel está defendendo a cidade de Vilhena;

o Deputado Cássio, o Deputado Cirone Deiró estão defendendo a cidade de Cacoal, a cidade de Alvorada, e assim, várias outras cidades.

A cidade pequena de Primavera de Rondônia, ela é SAAE, e não quer ser passada para concessão porque tem autonomia. Inclusive, eu tenho investimento no SAAE de Primavera de Rondônia, na ordem de R\$ 100 mil; tenho investimento de R\$ 1,5 milhão para captação de água e novos geradores na cidade de Cacoal.

Então, nós estamos aqui para conclamar os nobres deputados, que estejam conosco neste projeto, para que a parte em que precisa ser melhorada para o povo de Rondônia, que a solução é a concessão, seja concedido.

Mas que o SAAE, que é municipalizado, que nós elegemos um prefeito para que ele tenha autonomia, para nomear seus secretários; para fazer concurso público; para tocar um orçamento de R\$ 300, 400, 500 milhões - o orçamento do SAAE de Cacoal é maior do que o Município de Andreazza -, tenha o poder de decisão, junto com seu povo, para decidir que a Câmara de Vereadores de cada cidade, se sim ou se não, a privatização de um órgão, que é uma autarquia e que arrecada.

Eu vou dar um exemplo para vocês: Cacoal, a contribuição da coleta de lixo é instituída através da fatura mensal do SAAE de Cacoal - que é o mais barato da região Norte do Brasil. E aí tem o cálculo da coleta de lixo, através de 12 parcelas por mês, junto com a conta de água. A pergunta que fica é: como é que nós vamos resolver o problema da coleta, do valor que é buscado pelo contribuinte, através da taxa de água da cidade de Cacoal?

Então são muitos problemas que surgem, que a gente não pode, de forma atropelada, permitir que aconteça. Nós estamos aqui com a nossa voz, representando a cidade de Cacoal e os

demaís deputados que defendem o SAAE's de Rondônia, pedindo que uma nova audiência seja marcada, para que, conforme disse o deputado aqui, que foi líder do governo, Laerte Gomes, que a gente discuta junto com todos os prefeitos e com o Governo do Estado de Rondônia qual é a melhor solução para o Estado ter água de qualidade para todos os dois milhões de pessoas existentes no Estado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Parabéns, Deputado Cássio Gois. Com a palavra, Deputada Dr^a Taíssa, e, na sequência, o eminente Deputado Marcelo Cruz, sempre o nosso Presidente.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Obrigada, Presidente. Primeiramente, gostaria de cumprimentar o nosso Prefeito de Cabixi, Silvano de Almeida, o maior Prefeito do Estado de Rondônia, cara gente boa; e a Vereadora Kenia, de Itapuã do Oeste, junto com ex-vereador Nilsinho, que estão aqui prestigiando.

Deputado Cássio Gois, o senhor falando, me recordei uma situação que ocorreu na semana passada, em Brasília. Se nós, que somos o Parlamento, o lugar de debater, é aqui. Existe a lei e o legislador tem autoridade para fazer, votar e aprovar a lei, justamente porque os sonhos e os anseios da sociedade mudam.

E eu não vou longe, se Rondônia errou ao votar esse projeto, vou dar um exemplo: a concessão da BR-364, semana passada. Eu estava lá em Brasília e o que que estava sendo feito? A Audiência Pública. Porque ninguém aceita menos de 40% para duplicação da BR-364. Houve apenas duas Audiências Públicas, uma em Porto Velho e uma em Vilhena. E nessas

Audiências Públicas, só compareceram quatro pessoas. Que audiência pública é essa?

Então, vemos que muitas vezes são situações aprovadas nas quais a sociedade não participou e não opinou. E achei muito interessante da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), que prontamente disse: "Se precisar alterar essa concessão, a gente está disposto a alterar." Porque o povo de Rondônia não vai aceitar que um caminhão de oito eixos pague ida e volta à Vilhena, praticamente, R\$ 2 mil. E como é que fica?

E eu não vou longe, eu sou da região de Guajará-Mirim e vim para Porto Velho. A primeira praça de pedágio só vai ser em Candeias, não me atinge se eu não passar daqui de Porto Velho. Mas, eu não deixei de me posicionar, nem eu, nem o Deputado Luis do Hospital, porque sabemos o quanto que isso impacta nos cofres e no bolso do contribuinte. Na verdade, tudo que for cobrado vai passar para o contribuinte pagar.

A mesma coisa é a SAAE. A gente sabe, efetivamente, quanto mais essa retirada dos municípios, ainda mais quando o município faz investimento, acaba ficando mais caro para o contribuinte. E a lei é para isso, é para ser alterada. Se o município não quer, aqui é o lugar de debater, aqui é o lugar de alterar a legislação.

Nas Audiências Públicas onde o povo, automaticamente, pode comparecer, tendo realmente uma ampla divulgação, a gente consegue ter efetividade na legislação. Se o governo federal, que é o governo federal, está disposto a mudar, a ANTT na concessão da BR-364, que já foi feito leilão, ele está disposto a mudar, vai fazer seis Audiências Públicas dentro do Estado de Rondônia para poder alterar, porque o povo de Rondônia não está satisfeito.

Sabemos que, hoje, do jeito que está, nos primeiros quatro anos, apenas 18km entre duplicação e terceira faixa, não resolvem o problema de Rondônia. Saber que 729km, apenas 113km serão de terceira faixa, não vai resolver a vida do rondoniense. Então, por que não mudar, a nível estadual, o que precisar para beneficiar os municípios?

Lembrando que governo nenhum, nem federal nem estadual, tem recursos. O dinheiro é do contribuinte, nasce dentro do município. E se o município não pode ter voz para dizer: "Eu não quero isso.", onde a gente vai parar?

Parabéns, Deputado Cássio Gois, pelo posicionamento. Pode contar com meu apoio, mesmo que não atinja a minha região de Guajará-Mirim, pode contar com meu apoio. Sabe por quê? Porque nós somos um Parlamento, sabemos a dor do outro, sabemos o quanto os municípios sofrem e é difícil para o município que investe, que quer fazer a diferença, e, automaticamente, depois que fez todo o trabalho, tem que entregar para uma empresa.

Então, a gente sabe que não é fácil. Pode contar conosco e aproveito para falar: temos que nos unir na questão da concessão." Porque, sinceramente, se nós não fizermos as Audiências Públicas e não nos pressionarmos - como a gente viu que a Expresso Porto, estão querendo fazer, praticamente, depois de oito anos, os quase 33km -, imagina hoje, com tantas carretas de soja que nós temos no Estado de Rondônia, se não for agora feita a Expresso Porto de forma imediata, o que vai acontecer?

Vemos uma concessão em que o contribuinte vai pagar um valor absurdo, mas não vai ter o retorno que precisa. Muito obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Obrigado, Deputada Dr^a Taíssa. Com a palavra, Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, obrigado. Só para deixar registrado, que na quinta-feira passada, teve a "CCJ Cidadã" em Cacoal e teve um momento em que eu tive de entrar em uma discussão que estavam o Deputado Delegado Camargo e o Deputado Eyder Brasil.

Eu tinha recebido um documento naquele momento, a Mensagem 136, que havia entrado dia 26 de setembro de 2023. E eu li, eu pedi para incluir pauta no dia 26 de setembro de 2023, naquela discussão que estava acalorada na quinta-feira passada, que é desse projeto que foi instituída a microrregião de águas e esgotos do Estado de Rondônia. E naquele momento estava tendo um debate ali, uma discussão entre os dois deputados e eu me manifestei confirmando a informação do Deputado Eyder Brasil de que o projeto tinha chegado no dia 26 e votado no mesmo dia.

Eu quero aqui de público dizer que o projeto chegou na Casa dia 26 de setembro, foi lido no mesmo dia e foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça. Foi aprovado no dia 10 de outubro e foi sancionado no dia 13 de outubro, tornando-se a Lei Complementar 1.200. E lembrando também que ele foi para a Comissão de Constituição e Justiça, mas não teve parecer e o parecer foi dado em plenário. E a gente precisa ser honrado e reconhecer o erro, naquele momento eu errei contrariando o Deputado Delegado Camargo, inclusive quero pedir desculpas em público a ele, e dizer que o Deputado Delegado Camargo estava certo com todas as suas informações.

Só isso, Senhor Presidente. Obrigado.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Presidente.

Eu quero reconhecer aqui também, Deputado Marcelo Cruz, a sua grandeza, companheiro, porque tem que ser muito cabra-macho para chegar aqui e reconhecer. Então, obrigado, meu irmão. Está tudo certo. O seu pedido de desculpas está aceito. Obrigado pelo esclarecimento, pela sua grandeza. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Obrigado.

Com a palavra, Deputada Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Presidente.

Ouvindo os colegas, o debate é bem importante. De fato, é isso mesmo. Eu entendo que aqui dentro a gente precisa dialogar mais. Essa situação é bastante preocupante.

E sobre esse projeto da microrregião, a gente observa e isso não é de agora, isso é uma coisa que acontece há muito tempo no Estado de Rondônia. Para os municípios, Deputado Cássio, que conseguiram se organizar, que tem um SAAE que está funcionando muito bem, maravilha. Mas, a gente viu na fala do Deputado Laerte que hoje o Município de Porto Velho, a arrecadação contribui com os municípios que são deficitários, hoje, nessa questão do saneamento, da água tratada do Estado de Rondônia.

Então, como é algo que a gente percebe que há muito tempo vem tramitando e que alguns municípios criaram o seu SAAE, outros municípios já fizeram privatização, é uma pauta que a gente entende que precisa... E que bom que o Parlamento

pegou essa dimensão nesse debate, porque a gente precisa envolver a sociedade.

Eu olho no meu Município de Ji-Paraná e vejo o quantitativo de investimentos do governo federal lá que deu um patamar para que a gente pudesse cada dia melhorar na questão da água tratada, do saneamento básico. Isso é muito importante, porém não é a realidade dos outros municípios. Aí penso, na hora que o município está ali com toda uma estrutura pronta, privatizar? Isso não é justo.

Agora, é preciso fazer um debate com os gestores públicos para que eles possam se organizar. A gente sabe das dificuldades, de fato, que a Caerd passa, mas é preciso que seja feito um debate amplo com os municípios para que cada um também adira às suas responsabilidades para que possam se preparar para os acontecimentos.

E nesses dias, com tudo isso que tem acontecido, eu fui procurada também pelos servidores da Caerd. Há uma preocupação porque, de fato, mesmo que não se chegasse a esse debate por muitos gestores, a gente sabe que muitos querem privatizar, sim. Isso fez com que muitos freassem, colocassem o pé no freio para que pudessem repensar essa situação. Então, eu acho que essa Audiência Pública precisa ser conversada.

Por exemplo, lá em Ji-Paraná tem 10 anos que não tem reajuste na tarifa de água. E eu fiquei muito feliz em saber que o Prefeito Affonso é contra a privatização, graças a Deus. A estrutura hoje lá, da Caerd, a estrutura física que nós temos no Município de Ji-Paraná para ter água tratada é muito boa e os problemas que nós temos lá estão prestes a serem resolvidos. A gente tem no Segundo Distrito água 24 horas, tratada para a nossa população, e saber que o prefeito pretende ou permanecer como está ou criar um SAAE - eu espero

que seja para esse rumo que Ji-Paraná caminhe -, mas eu penso a situação em que estão os demais municípios. Aqueles que não arrecadam o suficiente para sobreviver e ter uma estrutura digna.

Então, eu acho, sim, que tem que ter um debate muito responsável, não pensando somente em Porto Velho, Ji-Paraná que hoje se arrecada muito bem e, de certa forma, tem melhorado no abastecimento de água, mas que ainda tem muitos problemas. Mas, e esses pequenos municípios que passam grande dificuldade? Então, fiquei contente porque acho que o Parlamento está acordando para algumas realidades que afetam muito a vida da população.

E vejo muita gente, às vezes, criticando o abastecimento de água. E concordo que a Caerd hoje não tem tido condições suficientes de prestar um bom serviço, ela é totalmente deficiente sobre essa questão da prestação de serviço, porque não tem tido concurso, uma série de situações. Mas, esse debate tem que ser chamado à sociedade. É interessante a privatização? O que aconteceu com a Energisa aqui no Estado de Rondônia e que eu vejo a população reclamando constantemente sobre o preço que paga na energia hoje no nosso Estado? É isso que nós precisamos pensar que nós podemos também pagar com a conta de água.

Então, eu acho que é importante que o governo nesse momento recue sobre essa audiência pública, mas que a gente possa fazer um debate com toda a sociedade e que a população participe. Essa responsabilidade não tem que ser só do Governo do Estado, dos prefeitos, de deputado, ela tem que ser de todo mundo.

E o povo, quando dá a sua voz, quando vem para dentro do debate, acontece o que está acontecendo aqui dentro da Casa: o pé no freio para que a gente possa junto,

coletivamente, tomar decisões sobre o Estado de Rondônia. Obrigada, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) - Questão de ordem, Presidente. Deputado Eyder Brasil.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Concedida a questão de ordem.

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) - Presidente, quero aqui fazer minhas as palavras do Deputado Marcelo Cruz, ser solidário a ele, no sentido de pedir desculpas em relação à questão da data do Projeto de Lei que virou a Lei 1.200. A Lei Complementar 1.200 não foi realmente votada no mesmo dia 26. Foi votada no dia 10, como alegou, corretamente, o Deputado Delegado Camargo na última sexta-feira, na cidade de Cacoal.

Então, quero ser solidário ao Deputado Marcelo Cruz nos pedidos de desculpas ao Deputado Delegado Camargo. Quero parabenizar também ao Deputado Delegado Camargo, por ter tido a sensibilidade de reconhecer que essa Lei Complementar não poderia ser alterada através de um Projeto de Lei Ordinária e o deputado fez a alteração necessária, mudou do Projeto de Lei 795 para Projeto de Lei Complementar 121 e continua a sua tramitação dentro dessa Casa de Leis.

E dizer que sou totalmente favorável ao debate, ao diálogo, nós estamos na Casa e no ambiente propício para isso. Faço minhas palavras do Deputado Laerte Gomes: essa é uma decisão que passa pela mão do Governador Coronel Marcos Rocha, tem devem ser chamados os 52 municípios, os 52

prefeitos, pelo menos os Presidentes das Câmaras Legislativas, para que possa ser conversado um a um.

A gente sabe que são 52 municípios, e, de uma forma geográfica distante e de uma forma financeira muito diferentes entre si.

Então, dessa propositura, a gente não vai poder fugir. É um marco regulatório, temos uma data prevista, nós temos decisões a serem tomadas no Estado de Rondônia.

Fica aqui o meu apoio, o meu comprometimento na resolução serena e responsável desse tema muito importante. Agradeço, Presidente, pela questão de ordem autorizada.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Obrigado, Deputado Eyder Brasil. Parabéns pela sua atitude.

O SR. LAERTE GOMES - Questão de ordem, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Questão de ordem ao Deputado Laerte Gomes. Na sequência, a fala do Deputado Cássio Gois, já assegurada.

O SR. LAERTE GOMES - Uma questão de ordem, só para registrar aqui a presença do Vereador Orlando, lá do Município do Vale do Anari. Nosso parceiro, nosso companheiro lá. Orlando, que é um irmão, grande vereador, nosso aliado. Obrigado. Um abraço a todo o povo do Vale do Anari.

E também anunciar aqui, Senhor Presidente, gostaria que fosse encaminhado à família da Dona Mercedes de Oliveira

Freitas os nossos pêsames. Presidente Luizinho, você conhece a família, a sogra do Alvair, mãe da professora Leni.

Eu queria deixar aqui, em nome da Leni, um abraço aos seus filhos, que hoje perderam uma mulher que era um amor de pessoa, uma mulher que tinha um coração enorme, uma mulher cristã da Igreja Católica, que vivia a sua vida para fazer o bem.

Então, deixar um abraço aqui a Luci, sua filha; a Leni, a todos os demais familiares. O Lineu, que é seu filho também; o Alvair e o Roquinho, que são seus genros. Deixar a toda a família os nossos pêsames, os nossos corações, os nossos sentimentos por essa grande perda para o Município de Alvorada D'Oeste, pois é uma das pioneiras daquele município.

Cheguei em 1987 em Alvorada. A Dona Mercedes já estava lá com a sua família. Então, quero deixar aqui os meus profundos sentimentos a toda a família, em especial, à minha amiga Lenisa Antarchi, que foi minha Secretária de Educação por oito anos, quando fui prefeito aqui no município.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Questão de ordem concedida.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Apenas para dizer ao Deputado Eyder Brasil que as desculpas que ele apresentou são aceitas, obviamente. Fico feliz que nós possamos trabalhar sempre em harmonia nesta Casa, pelo bem da nossa gente. Então, Deputado Eyder Brasil, como cristão, Vossa Excelência está desculpada

e vamos trabalhar juntos. Temos muito para fazer pelo povo de Rondônia. Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Com a palavra, Deputado Cássio Gois.

O SR. CÁSSIO GOIS - Muito boa tarde a todos do Estado de Rondônia. Deputado Estadual Cássio Gois. Estamos fazendo uso dessa tribuna, nessa tarde de terça-feira, dia 1º de abril, para falar mais uma vez da concessão de águas das microrregiões criadas no Estado de Rondônia pela Lei 1.200. Assegurar a todos os cacoalenses a nossa defesa.

Nós já falamos aqui, em um aparte que nós fizemos de uma fala, de uma discussão sobre esse projeto que precisa ser alterado. Nós sabemos que no dia 4 de abril será a primeira audiência pública que trata do assunto, tratado pela Secretária SEDEC. E nós estaremos.

Se a audiência pública não ocorrer, por meio desse Requerimento que nós estamos apresentando aqui de forma coletiva... Eu quero agradecer a todos os deputados que assinaram, mais de dez deputados estão conosco. Inclusive, o Presidente da Assembleia Legislativa e o líder do Governo do Estado de Rondônia, o nosso Deputado Jean Oliveira. Agradecer ao contato que o novo Chefe da Casa Civil fez há poucos minutos, falando da sua preocupação sobre o tema.

Aqui é um Parlamento. Aqui as discussões são políticas. E eu tenho certeza que o novo Chefe da Casa Civil, com a forma sensível, serena e responsável de trabalhar, que nesse momento acompanha o Governador Coronel Marcos Rocha em agenda oficial no interior do Estado de Rondônia, na cidade de Pimenta Bueno, deve retornar muito em breve. E até na próxima

quinta ou sexta-feira, nós teremos a informação oficial se substitui a data dessa Audiência Pública ou se uma tratativa política, conforme já debatemos aqui por diversas vezes, com os prefeitos que são responsáveis pelas suas autarquias, pelos seus SAAE's.

Digo mais uma vez, sete SAAE's do Estado de Rondônia estão inclusos nessa consulta pública que está sendo feita pelo Governo do Estado de Rondônia. E o nosso pedido aqui é para revisão, para que os municípios que foram inseridos, que a competência é do município a sua decisão, seja respeitada essa decisão e que depois disso seja dado continuidade a esse projeto que hoje é lei.

Fica aqui mais uma vez o meu posicionamento em defesa do SAAE de Cacoal e do Estado de Rondônia para que as prefeituras, para que os servidores públicos, que têm uma história de vida, os recursos públicos que nós temos investidos nos SAAE's de Rondônia sejam mantidos; para que a gente tenha água barata, água de qualidade e água administrada pelas prefeituras, que é onde moram as pessoas e as pessoas que arrecadam seus tributos e é para eles que a gente trabalha e governa. Fica aqui mais uma vez o meu posicionamento favorável à população do Estado de Rondônia, à população da minha amada cidade de Cacoal. Não tendo votado essa matéria em 2023.

Peço, senhores, aqui ao DER do Estado de Rondônia, em outro tema que trago agora: a recuperação da Rodovia do Café, da cidade de Cacoal, pouco mais de 20 quilômetros, que dá acesso a todas as Linhas, inclusive à cidade de Espigão d'Oeste, pela estrada da Figueira. Peço ao Coronel Eder a recuperação dessa estrada, com a sua equipe, que tem trabalhado muito e eu reconheço isso, tem se dedicado muito.

E deixo aqui o meu reconhecimento à equipe da usina de Cacoal, ao Sebastião, que tem percorrido todas as RO's da Regional, mas que, por gentileza, a rodovia do Café seja feito um tapa buraco, do começo ao fim, de qualidade para que o produtor de Cacoal possa escoar sua produção. A safra está chegando e a gente precisa de uma estrada com qualidade.

Por fim, quero agradecer aos mais de 200 universitários presentes na última quinta-feira na UNIR de Cacoal, em um grande evento realizado pela Assembleia Legislativa que foi a primeira "CCJ Cidadã". Nós recebemos o Deputado Presidente da "CCJ Cidadã", o Deputado Delegado Lucas e todos os seus membros, e lá nós aprovamos dois projetos, com pareceres favoráveis por unanimidade, criando no Estado de Rondônia, reconhecendo as pessoas voluntárias no dia da eleição.

A gente se torna deputado estadual com mesários voluntários. E a primeira pessoa que a gente encontra na hora que vai votar é um cidadão comum que, naquele momento, está revestido de poder para que se torne um mesário voluntário validando seu voto cidadão. E nós instituímos o dia 5 de junho como dia do mesário voluntário no Estado Rondônia. Meu agradecimento à chefe do cartório de Cacoal, Carine Cielo, pela participação e defesa desse projeto, que com certeza, será aprovado quando chegar aqui nesta Casa, porque já tem o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Meu agradecimento também à Doutora Michele Romão, psicóloga ativa na cidade de Cacoal, de uma competência gigante. Meu muito obrigado pela defesa da criação da política pública de combate à Síndrome de Burnout no Estado de Rondônia. Mais de dez Estados já aprovaram essa lei, que defende o trabalhador do seu estresse de trabalho, dos seus prejuízos, do seu problema psicológico, que institui através do excesso de carga, que diariamente muitos rondonienses têm

tido nas suas lutas diárias para viver e fazer sustentar sua família.

Fica aqui o meu agradecimento a todos que participaram da "CCJ Cidadã". Fiquem com Deus. Contem com esse deputado aqui, que é aguerrido e que vai até o fim do seu mandato lutando pelo povo de Cacoal.

O SR. LAERTE GOMES - Questão de ordem, Senhor Presidente, falando sobre o tema.

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) - Questão de ordem, Presidente. Quero deixar registrado a minha assinatura junto ao Requerimento também para alterar a data dessa Audiência Pública.

O SR. LAERTE GOMES - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - (Presidente) - Concedido.

O SR. LAERTE GOMES - Eu recebi até uma mensagem aqui de um amigo prefeito, que passaram a informação para ele que eu estava criticando e que disse que os prefeitos de agora não participaram de audiência. Primeiro, que quem passou a informação precisa ser, ou tem problema de audição, ou quis repassar uma *fake news*. O que eu disse aqui e repito a todo momento, que desde que foi votada essa matéria na Casa, foram feitas algumas audiências, e os prefeitos do mandato passado, os que foram reeleitos e os que perderam não deram a

importância necessária àquelas audiências, não se manifestaram contrários ao tema que estava debatido, inclusive nem participaram das reuniões.

E aí hoje chega nesse ponto aqui, todo mundo agora se atentou para o tamanho do problema, que já está marcado inclusive o pregão e que vai causar prejuízo, principalmente àqueles municípios que já fizeram o dever de casa, como são os municípios que têm SAAE, àqueles que têm 100% de saneamento básico, ou como Ji-Paraná que está implantando, em dois ou três anos vamos ter 100% de saneamento básico. Esses municípios, sim, vão ter o prejuízo.

Então, o que eu disse aqui e ressaltei aqui é que os prefeitos que foram reeleitos, Deputado Delegado Camargo, e os prefeitos que perderam o mandato passado, não deram a devida atenção às audiências ocorridas, às reuniões que foram chamados, e não vieram, e não se manifestaram no processo. Agora chegou aqui, acordaram os prefeitos reeleitos? Acordaram? E os novos, se compreenderam a situação e foram notificados do problema, e todo mundo está preocupado e com razão.

Então, volto a afirmar, que o único meio mais rápido de fazer isso, é sentar com o Governador do Estado, Coronel Marcos Rocha, que é um governador de diálogo, e resolver isso com o diálogo e politicamente. É um caminho que pode ser mais curto para resolver isso.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Encerradas as falas. Quero cumprimentar aqui o Prefeito Silvano Almeida, do Município de Cabixi. Em seu nome, Silvano, cumprimentar todas as pessoas que ocupam as galerias desta Casa. E sempre desejando sucesso ao senhor, lá no Município de Cabixi, como representante de toda aquela população.

Passemos ao Grande Expediente. Não temos oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, passemos a Ordem do Dia.

Solicito a Senhora Secretária que proceda à leitura das Proposições recebidas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Procede à leitura das Proposições recebidas a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais a concessão de Voto de Louvor à Raimunda Oliveira Santos, pelos relevantes serviços prestados aos cidadãos do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais, a alteração da data de Audiência Pública do dia 24 de março de 2025, para o dia 07 de abril de 2025, às 14:30 horas, no Plenário desta Casa de Leis e por meio de videoconferência, para discutir a alta dos preços dos combustíveis praticados no Estado de Rondônia, em especial, no município de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais a Concessão de Voto de Louvor ao Sistema OCB-RO - Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Rondônia, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Requer à Mesa Diretora aprovação à instalação da Escola do Legislativo

Itinerante para realização de Ciclo de Oficinas e Palestras durante a AGROCOM - Feira de Negócios do Agro, Comércio e Família, no período de 03 a 05 de abril de 2025, no município de Cerejeiras, nos termos do artigo 146, inciso IX do Regimento Interno desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO NIM BARROSO. Requer à Mesa Diretora que seja concedido Voto de Louvor aos 60 anos da Igreja Assembleia de Deus na Cidade de Ji-Paraná, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, deferimento à realização de Audiência Pública no dia 09 de maio de 2025, às 09:30 horas, no plenário desta Casa de Leis; tendo como pauta a emancipação dos Distritos no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDEVALDO NEVES. Requer ao Governador do Estado, extenso à Casa Civil e à Agência Estadual de Vigilância em Saúde - AGEVISA, providências quanto à realização da campanha de vacinação completa contra a Hepatite B para atender os Policiais Penais nas unidades prisionais do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EDEVALDO NEVES. Requer ao Governador do Estado, extenso à Casa Civil e à Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE, informações e providências quanto à ampliação do número de convocados para o Curso de Formação Básica de Agente Socioeducativo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Executivo Estadual, com cópias para a Casa Civil e Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, a construção e implantação de Policlínica Estadual no município de Ji-Paraná/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da

Saúde - SESAU, informações detalhadas sobre o exame de colonoscopia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, informações referentes à previsão da reforma na EEEFM Cesar Freitas Cassol, em União Bandeirantes.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, informações sobre a disponibilidade de ônibus escolar e a contratação de motoristas para o Distrito de União Bandeirantes, visando atender todas as linhas da localidade.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, informações detalhadas sobre a atual fila da regulação do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, informações detalhadas sobre o andamento da obra de manutenção do Centro Obstétrico do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, informações detalhadas sobre o andamento da obra de manutenção do centro cirúrgico e urologia do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde - SESAU, informações detalhadas sobre o andamento da obra de manutenção da Maternidade do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais que torne sem efeito o Requerimento nº 1832/2024 que requeria a realização de Sessão Solene para homenagear os 40 anos da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB-RO, e ano Internacional das Cooperativas, 2025, instituído pela ONU.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Executivo Estadual, com cópias à Casa Civil e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, providências para elaboração de um Decreto, visando o aproveitamento funcional de trabalhadores celetistas da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CAERD e outras medidas, nos quadros da Administração Pública Estadual, considerando a iminente privatização, medida já anunciada como parte da política de reestruturação das empresas estatais do Estado.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Concede a honraria de Mérito Cultural ao senhor Fimineto Mendes Silva, pelos relevantes serviços prestados, e em razão da sua atuação no campo cultural e social no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Dr. Benedito Gonçalves, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Adonnai Santos de Oliveira pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia, ao Ilmo. Sr. Jair Antonio de Lima, em

reconhecimento por relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo a Vicente Martins Prata Braga pelos relevantes serviços prestados ao Poder Legislativo.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Dispõe sobre a declaração do município de Nova Mamoré, como "Berço do Madeira" e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Institui, no âmbito do Estado de Rondônia, o programa de regularização de débitos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, da taxa de licenciamento e de infrações de trânsito, denominado Veículo Legal Rondoniense.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Assegura às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a prestação gratuita do serviço de transporte coletivo intermunicipal rodoviário no Estado de Rondônia e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa da União Portal da Amazônia, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ALEX REDANO. Assegura aos motoristas registrados no Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia (DETRAN/RO), o direito de receberem uma notificação via *e-mail* e/ou *Whatsapp*, informando sobre o vencimento de sua Carteira Nacional de Habilitação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de validade.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DELGADO CAMARGO. Institui o Programa Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo de Mães Atípicas, e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Altera, acrescenta e revoga dispositivos na Lei nº 5.788, de 5 de junho de 2024, que "Dispõe sobre a proibição da participação de crianças e adolescentes em eventos, manifestações e movimentos cujo tema seja sexualidade".

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Otávio Lessa de Geraldo Santos, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Mestre Paulo Roberto Socher, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Silvino Corcino de Medeiros Neto, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Doutor Ricardo Volpe Maciel pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer ao Governador do Estado informações e providências quanto à viabilidade de suspensão da audiência pública designada para o dia 04 de abril de 2025, às 15h, para discutir a implementação da Lei Complementar nº 1.200, de 13 de outubro de 2023.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo Estadual, com cópias para a Casa Civil, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social (SEDEC), à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e à Sociedade de Portos e Hidrovias do

Estado de Rondônia (SOPH), a ampliação da estrutura portuária do Estado, com o objetivo de solucionar os problemas relacionados ao transporte e armazenamento de grãos no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer ao Governo do Estado de Rondônia, informações acerca do Projeto de Lei nº 774/25 que, "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 65.411.764,27, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação – SEDUC".

Lido, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputada Cláudia, brilhantemente secretariando os trabalhos.

Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas, iniciando pelos Requerimentos legislativos que serão lidos e apreciados em bloco.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, deferimento à realização de Audiência Pública no dia 09 de maio de 2025, às 09:30 horas, no plenário desta Casa de Leis; tendo como pauta a emancipação dos Distritos no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Requer à Mesa Diretora aprovação à instalação da Escola do Legislativo Itinerante para realização de Ciclo de Oficinas e Palestras durante a AGROCOM - Feira de Negócios do Agro, Comércio e Família, no período de 03 a 05 de abril de 2025, no município

de Cerejeiras, nos termos do artigo 146, inciso IX do Regimento Interno desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO NIM BARROSO. Requer à Mesa Diretora que seja concedido Voto de Louvor aos 60 anos da Igreja Assembleia de Deus na Cidade de Ji-Paraná, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais a Concessão de Voto de Louvor ao Sistema OCB-RO - Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Rondônia, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais a concessão de Voto de Louvor à Raimunda Oliveira Santos, pelos relevantes serviços prestados aos cidadãos do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais que torne sem efeito o Requerimento nº 1832/2024 que requeria a realização de Sessão Solene para homenagear os 40 anos da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB-RO, e ano Internacional das Cooperativas, 2025, instituído pela ONU.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais, a alteração da data de Audiência Pública do dia 24 de março de 2025, para o dia 07 de abril de 2025, às 14:30 horas, no Plenário desta Casa de Leis e por meio de videoconferência, para discutir a alta dos preços dos combustíveis praticados no Estado de Rondônia, em especial, no município de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer ao Governador do Estado informações e providências quanto à viabilidade de suspensão da audiência pública designada para o dia 04 de

abril de 2025, às 15h, para discutir a implementação da Lei Complementar nº 1.200, de 13 de outubro de 2023.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Em votação. Primeiramente, em discussão os Requerimentos que acabam ser lidos. Nenhum deputado para discutir, passamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovados todos os Requerimentos, em bloco. Vão ao Expediente.**

Próximo matéria, Senhora Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 51/2024 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 240. Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 366, de 6 de fevereiro de 2007, e altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 826, de 9 de julho de 2015.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhora Secretária, esse está sem parecer?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - Está com parecer já.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu vou pedir vista do presente projeto, Presidente. Já tem o parecer. Vai ser votado o parecer

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Já foi votado **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO CAMARGO - Sim, mas agora vai a plenário para discussão. Eu posso pedir vista. Posso fazer a inversão da pauta, Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pode, pode. **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só para eu analisar aqui por favor.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos inverter a pauta, enquanto o nosso nobre deputado faz a leitura do projeto.

O SR. CÁSSIO GOIS - Me permita um aparte, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Permito, claro.

O SR. CÁSSIO GOIS - Só cumprimentar o Itamar Correntão, Vereador de Novo Horizonte. Seja bem-vindo à Casa de Leis do Estado de Rondônia e aos demais presentes também. Tinha mais amigos, mas já está encerrando a Sessão, espero que no próximo encontro eu cumprimento os demais. Alisson, sintase cumprimentado. Um abraço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE LEI 783/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 23/25. Acresce dispositivos à Lei nº 959, de 28 de dezembro de 2000.

Ao projeto, falta parecer, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Falta o parecer. Convido o Deputado Delegado Camargo, para proceder o parecer em plenário.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, eu vou pedir que Vossa Excelência nomeie um outro relator, porque estou tomando conhecimento do projeto nesse momento, e vou pedir vista dele logo na sequência. Peço a Vossa Excelência que nomeie um outro relator.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gostaria de convidar o Deputado Cássio Gois, para proceder ao parecer em plenário desse Projeto de Lei, que trata das casas populares. É um pedido, inclusive, do Deputado Cássio Gois.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, enquanto o Deputado Cássio Gois se dirige à tribuna para relatar, em relação ao Projeto de Lei Complementar 51/2024, solicito a Vossa Excelência, caso entenda esse posicionamento, pela retirada de pauta, porque o transporte de passageiros pelas vans irá impactar o transporte, principalmente daqueles que necessitam vir até o aeroporto do interior do Estado. E não verifiquei aqui, compulsando os autos, qualquer documento

que possa dar sequer a entender que foram consultadas essas empresas, quais seus impactos; de forma que eu não tenho segurança alguma para votar um projeto dessa envergadura.

Então, caso Vossa Excelência entenda, eu peço a retirada de pauta e me comprometo, Presidente, já na próxima Sessão a trazê-lo, porque acredito que uma semana é suficiente para fazer contato com as empresas de Ariquemes, de Jaru, toda a região ali. Se Vossa Excelência compreender, eu agradeço.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com a palavra, Deputado Cássio Gois.

O SR. CÁSSIO GOIS - Projeto de Lei 783/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 23, que " Acresce dispositivos à Lei nº 959, de 28 de dezembro de 2000."

Projeto de ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) que regulamenta as novas moradias do Estado de Rondônia, na forma do "Minha Casa, Minha Vida", em parceria público-privada. Fica aqui o nosso apoio. Já foi amplamente debatido na Caixa Econômica, nossa equipe de apoio, jurídica.

Então, fica aqui o nosso parecer favorável, pela forma regimental legal e constitucional desse projeto de autoria do Poder Executivo do Estado de Rondônia.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida a questão de ordem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor presidente, entendo da envergadura desse projeto, no que diz respeito a eventual isenção do imposto sobre a transmissão de imóveis do Programa "Minha Casa, Minha Vida", mas nós sabemos que todos os projetos que impliquem a renúncia de receita, deve constar no próprio corpo do projeto. O estudo prévio de estimativa de impacto das finanças decorrentes desta isenção. O que, à primeira vista, não o encontro.

Portanto, Senhor Presidente, para que eu possa ter segurança em votar, eu solicito a Vossa Excelência pedido de vista.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Está concedido o pedido de vista ao Deputado Delegado Camargo.

Próxima matéria.

Vamos votar os projetos da Deputada Ieda Chaves, por favor. Depois, os da Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE LEI 777/2025 DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Institui, no âmbito do Estado de Rondônia, a Campanha "Maio Laranja", dedicada ao enfrentamento do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências.

O referido Projeto de Lei encontra-se sem parecer, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O projeto encontra-se sem parecer. Gostaria de convidar o Deputado Ribeiro do Sinpol, para proceder ao parecer em plenário.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Boa tarde, Senhor Presidente. Boa tarde a todos que nos acompanham nas redes sociais, no YouTube. Boa tarde a todos os parlamentares, toda população de Rondônia.

Projeto de Lei 777/2025, da Deputada Ieda Chaves, que "Institui, no âmbito do Estado de Rondônia, a Campanha "Maio Laranja", dedicada ao enfrentamento do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências.".

Esse projeto tem um parecer que está com todas as técnicas legislativas, está com todos os procedimentos legislativos. Então, o parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em apreciação o parecer favorável do nobre Deputado Ribeiro do Sinpol. Algum deputado para discutir? Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão e votação o Projeto de Lei 777/2025. Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o projeto. Vai ao Expediente.**

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, eu solicito a Vossa Excelência a retirada do meu pedido de vista em relação a dois Projetos de Lei, de autoria da ilustre Deputada Ieda Chaves, no que diz respeito ao Projeto de Lei 601/2024, que, "Dispõe sobre a proibição do confinamento, acorrentamento e alojamento inadequado de cães e gatos no Estado de Rondônia."; e do Projeto de Lei 602/2024, que "Dispõe sobre a proteção, a saúde e o bem-estar na criação e na comercialização de cães e gatos no Estado de Rondônia e dá outras providências.". Portanto solicito a retirada de vista. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Delegado Camargo. Ficam retirados, então, os pedidos de vista das referidas matérias.

Próximo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE LEI 602/2024 DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Dispõe sobre a proteção, a saúde e o bem-estar na criação e na comercialização de cães e gatos no Estado de Rondônia e dá outras providências.

Presidente, o projeto encontra-se sem parecer.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O projeto da nobre Deputada Ieda Chaves encontra-se sem parecer. Convido o nobre Deputado Ribeiro do Sinpol, vice-líder do governo, para proceder ao parecer em plenário.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Boa tarde, senhores deputados. Boa tarde à população de Rondônia que nos acompanha nas redes sociais. Estamos aqui em plena Sessão Legislativa Ordinária.

Então, vou dar o parecer do Projeto de Lei 602/2024, da Deputada Ieda Chaves, União Brasil, que "Dispõe sobre a proteção, a saúde e o bem-estar na criação e na comercialização de cães e gatos no Estado de Rondônia e dá outras providências."

O projeto encontra-se com todas as técnicas legislativas, pelo qual eu parabenizo Vossa Excelência, Deputada Ieda Chaves, e o parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parecer do nobre Deputado Ribeiro do Sinpol. Algum deputado gostaria de discutir? Não havendo, vamos à votação do parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Vamos agora à votação do projeto. Algum deputado para discutir? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, Deputado Delegado Camargo, abstenção, por gentileza.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim. **Aprovado o Projeto de Lei 602/2024, com a abstenção do Deputado Delegado Camargo. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE LEI 601/2024 DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Dispõe sobre a proibição do confinamento, acorrentamento e alojamento inadequado de cães e gatos no Estado de Rondônia e dá outras providências.

O projeto encontra-se sem parecer, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O projeto encontra-se sem parecer. Convido o nobre Deputado Ribeiro do Sinpol para emitir o parecer em plenário.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Boa tarde, nobre Presidente, Vossa Excelência conduzindo muito bem a Sessão. Boa tarde também a todos os meus amigos deputados estaduais, todos os amigos que nos acompanham nas redes sociais.

O Projeto de Lei 601/2024, de autoria da Deputada Ieda Chaves, que "Dispõe sobre a proibição do confinamento, acorrentamento e alojamento inadequado de cães e gatos no Estado de Rondônia e dá outras providências."

Projeto de uma causa muito nobre da Vossa Excelência, Deputada Ieda Chaves. O projeto tem um parecer que passou pelas Comissões com todas as técnicas legislativas. E o parecer do Deputado Ribeiro do Sinpol é um parecer favorável, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Ribeiro do Sinpol. Colocando em análise agora, neste momento, o parecer do Deputado Ribeiro do Sinpol. Algum deputado gostaria de discutir? Não havendo, vamos à votação do parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Delegado Camargo, abstenção.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O Deputado Delegado Camargo se abstém do parecer.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Desculpa, achei que era votação. Me perdoem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Fica tranquilo.
Aprovado o parecer.

Vamos à discussão e votação do projeto. Em discussão. Não havendo, coloco em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Delegado Camargo, abstenção.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - **Aprovado o Projeto de Lei 601/2024, com abstenção do Deputado Delegado Camargo. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 651/2025 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Mestre Paulo Roberto Socher, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 652/2025 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Silvino Corcino de Medeiros Neto, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 650/2025 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Otávio Lessa de Geraldo Santos, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 653/2025 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Doutor Ricardo Volpe Maciel pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Os projetos encontram-se sem parecer, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parecer e votação em bloco. Convido o nobre Deputado Ribeiro do Sinpol para emitir o parecer em bloco.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL - Boa tarde, Presidente. Boa tarde nobres deputados, todos que nos acompanham nas redes sociais dessa Sessão Legislativa ao vivo. Parecer em bloco às seguintes matérias:

- Projeto de Decreto Legislativo 651/2025, de autoria do Deputado Alex Redando, que "Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Mestre Paulo Roberto Socher, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 652/2025, de autoria do Deputado Alex Redando, que "Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Silvino Corcino de Medeiros Neto, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 650/2025, de autoria do Deputado Alex Redando, que "Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Otávio Lessa de Geraldo Santos, por sua trajetória e por seus relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 653/2025, de autoria do Deputado Alex Redando, que "Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Doutor Ricardo Volpe Maciel pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.".

São projetos que possuem todas as técnicas legislativas, e o parecer, em bloco, é favorável, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Nobre Deputado Ribeiro do Sinpol, obrigado pelo parecer, obrigado pela ajuda.

Coloco em discussão agora o parecer em bloco aos Projetos de Decreto Legislativo que acabaram de ser lidos. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer em bloco.**

Agora, vamos à discussão e votação, em bloco, dos Projetos de Decreto Legislativo 650/2025, 651/2025, 652/2025 e 653/2025. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretário ad hoc) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 109/2025 DA MESA DIRETORA. Acrescenta os §§ 10 e 11 ao artigo 1º da Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024, que "Regulamenta a concessão, o procedimento e a prestação de contas de diárias no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, revoga a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e dá outras providências.

Está sem parecer, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Projeto de Resolução 109/2025, de autoria da Mesa Diretora. Encontra-se sem parecer. Convido o nobre Deputado Luizinho Goebel para proceder o parecer em plenário.

Agradeço a presença da comitiva de Cujubim, em nome do Vereador Alécio Soares, e em nome aqui do grande Deputado Pedro Fernandes. Cumprimento todos os presentes na galeria.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Projeto de Resolução 109/2025, de autoria da Mesa Diretora, que "Acrescenta os §§ 10 e 11

ao artigo 1º da Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024, que "Regulamenta a concessão, o procedimento e a prestação de contas de diárias no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, revoga a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e dá outras providências."

A matéria é regimental, legal e constitucional. Portanto, e nosso parecer é favorável para a aprovação da matéria pelas Comissões pertinentes. Esse é o voto, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Luizinho Goebel. Quero aqui parabenizar o Deputado Luizinho Goebel, que fez uma grande homenagem à família Gurgacz nesta segunda-feira. Parabéns pela iniciativa.

Em discussão o parecer. Não havendo, em votação o parecer do Deputado Luizinho Goebel. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Vamos à discussão e votação do Projeto de Resolução. Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis, permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Resolução 109/2025. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 108/2025 DA MESA DIRETORA. Convoca Sessão Itinerante Extraordinária e transfere a sede do Poder Legislativo para o Município de Machadinho D'Oeste no período

de 25 a 27 de junho de 2025, durante a realização da 6ª edição do evento denominado AgroShow.

O Projeto de Lei encontra-se sem parecer, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Projeto de Resolução 108/2025, de autoria da Mesa diretora, que "Convoca Sessão Itinerante Extraordinária e transfere a sede do Poder Legislativo para o Município de Machadinho D'Oeste no período de 25 a 27 de junho de 2025, durante a realização da 6ª edição do evento denominado AgroShow."

Um pedido do nobre Deputado Laerte Gomes. A matéria encontra-se sem parecer. Convidar o nobre Deputado Luizinho Goebel para proceder ao parecer em plenário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, questão de ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida a questão de ordem ao Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - O senhor não fez a Sessão Itinerante Extraordinária em Cerejeiras alegando que não faria nenhuma, a não ser a Rondônia Rural Show, Senhor Presidente, lembra?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Então, eu fiz esse compromisso, teve a maior discussão, maior briga. Eu não sei qual o acordo que teve com o Arildo, que foi aberta essa

situação, mas agora eu fiquei em uma saia justa. Eu não consigo te responder. Mas, foi feito esse compromisso.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Presidente, sinceramente, eu não tenho nada contra ter em Machadinho D'Oeste, eu sou a favor, mas o senhor me impediu de fazer na minha cidade, Cerejeiras. Em Machadinho D'Oeste já teve uma, em Cerejeiras nunca teve. Agora, o senhor me deixou em uma situação bem complicada, porque eu avisei lá em Cerejeiras na rádio para todo lado, que a decisão da Casa, e nós estávamos em maioria, era que só faria Sessão Extraordinária Itinerante na Rondônia Rural Show.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vossa Excelência está coberta de razão. Está coberta de razão.

O SR. MARCELO CRUZ - Abre uma exceção, Presidente. Abre uma exceção para o Deputado Ezequiel e já resolve isso.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Agora, não dá tempo, não é, Deputado Ezequiel?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Não tem como, Deputado Marcelo, já é sábado. Há três meses eu me reuni com o Presidente e com a maioria dos deputados e pedi que tivesse uma Sessão em Cerejeiras.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - A gente fez uma reunião e foi decidido que faria só em polo. O Deputado Laerte não abriu mão e fez o projeto. Vamos suspender então. Suspende a votação para a gente conversar.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Eu não sou contra ter em Machadinho D'Oeste, Presidente. Eu não sou contra. Veja bem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, retira da pauta até decidir.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Eu não sou contra ter em Machadinho D'Oeste. Agora, eu estou chateado porque eu fui preterido **(ininteligível)**...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O Deputado Ezequiel tem razão.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, o Deputado Laerte apresentou, não tem possibilidade de a gente dar continuidade a esse e o Deputado Ezequiel marcar outra data? Não é possível fazer e a gente abrir essa exceção?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O Deputado Laerte falou que já fez o ano passado, que tinha feito o compromisso.

O SR. MARCELO CRUZ - Mas abre para o Deputado Ezequiel também em outra data. Não dá, Deputado Ezequiel?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Agora só o ano que vem, meu querido.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos suspender essa votação e a gente conversa na semana que vem com o Deputado Laerte, todo mundo junto novamente. Vamos retirar de pauta.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Só estou chateado, Senhor Presidente, veja bem. Por mim o senhor poderia fazer uma em cada semana, não tem problema nenhum, por isso que eu pedi para fazer na minha cidade Cerejeiras, porque nós temos uma festa grande lá, é uma região importante para o Estado e só isso.

Como eu achei que fui preterido em Cerejeiras, como o senhor falou que ia ser só na Rondônia Rural Show, eu avisei todo mundo lá, falei "Gente, agora é só na Rondônia Rural Show que a Assembleia vai fazer itinerante." Agora vai ter uma em Machadinho D'Oeste, depois vai ter mais em um monte de lugar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Na verdade, você tem razão. A gente resolveu fazer, Deputado Ezequiel, só nos polos. Aí decidimos fazer em Guajará-Mirim.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Cerejeiras é polo também, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Oi?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Cerejeiras também é polo. Tem um monte de cidades em volta lá. Mas está tudo bem, Presidente. Está tudo bem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não, mas... A gente decidiu fazer em Guajará-Mirim, aí a Deputada Dr^a Taíssa quis mudar a data. Virou o contrário, não é Deputada Dr^a Taíssa? A gente não tinha cidade para fazer. Era a cidade de Jarú.

O SR. MARCELO CRUZ - Os dois deputados mais bem votados em Machadinho D'Oeste foram o Deputado Ezequiel e o Deputado Laerte.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mas, vamos retirar de pauta e semana que vem a gente reúne todos os deputados e vamos decidir isso. A gente acabou tendo dificuldade de cidades para fazer, porque era briga. Virou dificuldade porque a maioria... Vilhena não quis fazer no início, quis fazer em dezembro. Mas a gente vai se ajustar e o Deputado Ezequiel está coberto de razão.

E quero parabenizar o Deputado Ezequiel que está fazendo um grande evento. Nós mobilizamos toda a Escola do Legislativo, está sendo colocada uma grande estrutura em Cerejeiras. A Assembleia estará com força total em Cerejeiras, a pedido do Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Senhor Presidente, questão de ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Questão de ordem.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Presidente, só mais um detalhe.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sim.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Veja bem, nós estávamos reunidos lá, a Escola vai estar lá, maravilha, muito bom. Eu agradeço, até porque eu sou deputado como todo mundo nessa Casa. Agora, eu ficaria muito feliz em tê-los, todos, lá na minha cidade para uma linda recepção, enfim, fazer aquela Sessão itinerante bonita na minha casa. Eu só estou chateado por quê? Machadinho D'Oeste já recebeu, como outros municípios receberam, vão receber de novo e eu na minha cidade não vou ter. É só isso, minha chateação é essa. Mas, Machadinho D'Oeste merece, Anari merece, Jarú merece. Todos os municípios merecem. Por isso, que eu queria também em Cerejeiras.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - É justo, Deputado Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Por videoconferência) - Fica aqui o meu repúdio ao senhor e ao Arildo, porque fui preterido. E agora eu, infelizmente, vou ter que dizer lá em Cerejeiras, no sábado. Dizer: "Olha, infelizmente, vai acontecer em Machadinho D'Oeste, vai acontecer em tantos lugares." Vou ter que dizer isso, Presidente. Sinto muito. Me perdoa, mas eu fiquei muito triste.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Vamos tentar pensar em uma solução. Fazer em todos os municípios.

Questão de ordem concedida, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Só para dizer que no mês de novembro, 23 de novembro, Vilhena completa aniversário de fundação. E nós propusemos exatamente fazer a Sessão no mês de novembro em Vilhena, porque a gente já concilia com o aniversário da cidade. Com o pensamento de que os deputados vão querer deixar um grande presente para Vilhena e cada vai colocar um pouco de recursos das suas emendas lá. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Próxima matéria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 107/2025 DA MESA DIRETORA. Acrescenta o inciso V ao §2º e ao §3º, todos ao artigo 28 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O projeto encontra-se sem parecer.

O SR. ALAN QUEIROZ - Presidente, me permita uma questão de ordem, rapidamente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Claro, Deputado Alan Queiroz.

Eu tive a oportunidade, Presidente, de me pronunciar sobre o tema da Caerd, na questão dos municípios. E eu recebi aqui, com muita satisfação agora, uma mensagem do Doutor Benedito. O ex-conselheiro do Tribunal de Contas, aposentado, professor universitário, que hoje advoga, também, para a Caerd.

E ele me dá uma notícia aqui que nos deixa muito felizes. O Estado de Rondônia muito feliz. A Caerd tinha uma dívida de R\$ 1 bilhão, 547 mil, 30 reais e 13 centavos (R\$ 1.547.030,13) com a União, compreendendo débitos fiscais e previdenciários. E, há décadas, não conseguia a CND (Certidão Negativa de Débitos). E foi feita uma transação da dívida com a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional). E a dívida fiscal foi reduzida para R\$ 264 milhões.

Olha que benefício a gente conseguiu! E a gente torce muito para que a Caerd comece a ser sanada e tenha condições, Senhor Presidente, de a gente ver, realmente, a água chegar na casa da população que mais precisa. Então, quero só anunciar aqui. Depois eu vou pedir para ele mais detalhes, inclusive, até, quando a gente for fazer o convite para que a Caerd possa vir aqui, que possa também falar mais sobre essa transação que ocorreu. Esse ganho jurídico que tem a mão do nosso Doutor Benedito. Com certeza, a sua intervenção, o seu conhecimento jurídico foi muito importante nesta causa

e a gente teve essa redução significativa de mais de R\$ 1 bilhão e 300 milhões de dívida da Caerd.

Então, era esse o registro que eu queria fazer, Presidente. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu quero parabenizar o Doutor Benedito, ex-conselheiro do Tribunal de Contas. Um homem muito sábio, dedicado. Foi uma grande vitória para o Estado de Rondônia.

O Projeto de Resolução 107/2025 encontra-se sem parecer. Gostaria de convidar aqui o nobre Deputado Alan Queiroz para proceder o parecer em plenário.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de Resolução 107/2025, de autoria da Mesa Diretora, que "Acrescenta o inciso V ao §2º e §3º, todos ao artigo 28 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia."

Está dentro da nossa técnica legislativa, Senhor Presidente, e ele direciona que os presidentes de Comissão solicitem assessores nas Comissões permanentes para que possam auxiliar também nos municípios que sediarão a reunião, *in loco*.

Portanto, se adequa dentro da nossa técnica legislativa. A matéria é constitucional, legal, e o nosso parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Alan Queiroz. Coloco em análise, se alguém quiser discutir o parecer. Não havendo quem queira discutir, vamos

à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Vamos à votação do Projeto de Resolução 107/2025. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 645/2025 DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Dr. Benedito Gonçalves, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O projeto encontra-se sem parecer, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O projeto encontra-se sem parecer. Convido o Deputado Alan Queiroz para proceder ao parecer em plenário.

O SR. ALAN QUEIROZ - Projeto de Decreto Legislativo 645/2025, de autoria do Deputado Marcelo Cruz, que "Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Dr. Benedito Gonçalves, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)".

O presente projeto está dentro da nossa técnica legislativa, seguindo os requisitos regimentais. Portanto, o nosso parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Alguém para discutir o parecer? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Decreto legislativo 645/2025 e vai ao Expediente.**

A pedido do Deputado Rodrigo Camargo que, realmente, é interessante fazer algumas adequações, alguns ajustes, eu vou deixar o projeto sobre o transporte da Agero para a próxima semana, possibilitando assim, se algum deputado quiser fazer algumas Emendas, podem ser apresentadas nesse projeto. Então, vou retirar de pauta o projeto da Agero e incluí-lo na próxima semana, na próxima Sessão, terça-feira.

Próxima matéria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE LEI 595/2024 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Institui a criação da Carteira de Identificação do produtor rural e dá outras providências.

O referido projeto encontra-se sem parecer, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Está sem parecer. Convido o nobre Deputado Rodrigo Camargo para proceder ao parecer, em plenário. Pensando bem, convido o Deputado Alan Queiroz para proceder ao parecer em plenário.

O SR. ALAN QUEIROZ - Senhor Presidente, o Projeto de Lei 595/2024, de autoria da Deputado Dr^a Taíssa, que "Institui a criação da Carteira de Identificação do produtor rural e dá outras providências.", está dentro da nossa técnica legislativa.

Portanto, matéria constitucional, atende aos requisitos regimentais, inclusive tem uma nota técnica apensada aqui, que coloca em condição à apreciação do plenário, com a consulta legislativa que opina pela constitucionalidade material e inconstitucionalidade formal subjetiva.

Mas, entendendo, Senhor Presidente, que o projeto tem condição de ser apreciado pelo plenário, o meu parecer será favorável pelas Comissões pertinentes. É o voto.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Alan Queiroz. Coloco em apreciação o parecer emitido pelo Deputado Alan. Algum deputado para discutir o parecer? Não havendo, coloco em votação. Os deputados favoráveis permanecem como estão, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Camargo, abstenção.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O Deputado Camargo se abstém. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o projeto. Não havendo, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Camargo, abstenção.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Camargo se abstém. **Aprovado o Projeto de Lei 595/2024. Vai ao Expediente.**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Secretária ad hoc) - PROJETO DE LEI 741/2024 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Dispõe sobre a redução do valor da cobrança de taxas de energia elétrica para centros comunitários no Estado de Rondônia e dá outras providências.

O referido projeto, Senhor Presidente, encontra-se sem parecer.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Projeto de Lei 741/2024, de autoria da Deputada Taíssa, está sem parecer. Convido o nobre Deputado Alan Queiroz para proceder ao parecer em plenário.

O SR. ALAN QUEIROZ - Senhor Presidente, Projeto de Lei 741/2024, de autoria da Deputada Dr^a Taíssa que "Dispõe sobre a redução do valor da cobrança de taxas de energia elétrica para centros comunitários no Estado de Rondônia e dá outras providências."

O projeto segue todo o nosso rito regimental, embora Senhor Presidente, haja aqui um indicativo, pela nota técnica nº13, de uma inconstitucionalidade formal ao Projeto de Lei, e a meu ver - o mérito da matéria sobrepõe-se neste momento à nota técnica, no meu entendimento -, e essa Casa é uma casa política, em alguns momentos temos que ter um posicionamento também voltado ao interesse coletivo,

sobrepondo-se, em alguns momentos, a dúvida com relação à técnica ou inconstitucionalidade, ou constitucionalidade da matéria.

Eu vou colocar aqui o meu parecer favorável para que o projeto possa ser apreciado pela Casa. Se o entendimento dos colegas não comungar com meu relatório, seja feito isso em plenário. Portanto, quero deixar aqui que o projeto está apto à votação em plenário, e o meu parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em apreciação nesse momento o parecer do Deputado Alan Queiroz.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Abstenção. Deputado Delegado Camargo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Deputado Delegado Camargo se abstém. **Aprovado o parecer.**

Vamos à votação do projeto. Alguém para discutir? Não havendo, vamos à votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Delegado Camargo, abstenção.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - O Deputado Delegado Camargo se abstém. Aprovado o Projeto de Lei 741/2024. Vai ao Expediente.

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida a questão de ordem.

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) - Concordo com o Deputado Alan Queiroz pelo mérito do projeto, mas é visivelmente inconstitucional. Por essa razão, eu voto contrário.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Computo o voto contrário do nobre Deputado Eyder Brasil. Um grande abraço ao nosso atuante Deputado Eyder Brasil. Sempre atento.

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) - Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - **Aprovado o Projeto de Lei 741/2024, com a abstenção do Delegado Camargo e voto contrário do Deputado Eyder Brasil. Vai ao Expediente.**

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Concedida a questão de ordem.

O SR. EYDER BRASIL (Por videoconferência) - Presidente, eu gostaria de lhe agradecer nesta Sessão de hoje, pela disponibilidade que Vossa Excelência teve com a Escola do Legislativo. No último sábado nós estivemos na zona sul de Porto Velho, no Residencial Morar Melhor, realizando o "Projeto Cidadania no Bairro", onde reunimos vários Poderes, Poder Municipal, Poder Estadual, e a Assembleia Legislativa também esteve lá - de acordo com a sua a visão e com a sua sensibilidade.

A Escola do Legislativo estava próximo da nossa população porto-velhense, disponibilizando cursos. Então, desta feita, eu gostaria de agradecer a Vossa Excelência, como Presidente, está sempre disposto a nos ouvir. O senhor que dá vez aos deputados, um Presidente muito democrático. Fico muito feliz de tê-lo como nosso Presidente neste biênio.

Aproveitar também para agradecer ao Governador Marcos Rocha e ao Prefeito Léo Moraes, que disponibilizaram os seus secretários, as suas Secretarias, a estrutura desses dois Poderes importantíssimos, que é o Poder Municipal e o Poder Estadual, para uma grande festa. Quase mil pessoas passaram por lá e só nos dá ainda mais ânimo para continuar trabalhando pelo povo rondoniense. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Eyder Brasil. Quero parabenizar o Diretor Welys Assis, está fazendo um grande trabalho na Escola do Legislativo. Temos projetos grandiosos para a Escola do Legislativo. Um dos projetos é um programa, um projeto "Profissões do Futuro", que vai fornecer cursos técnicos, em que os jovens terão oportunidade de aprender profissões que com apenas internet, celular, tablet, vão ter geração de emprego e renda, que vão mudar a realidade das suas famílias.

Hoje são possíveis várias profissões: web designer, social media, dropshipping, enfim, várias profissões, através de um celular e a internet. E realmente, dá para ganhar dinheiro com essas profissões. E estou muito entusiasmado com essas ideias. Vamos iniciar aqui no Município de Porto Velho. Vamos escolher alguns bairros para iniciar esse projeto e tenho certeza que será um projeto inovador.

E a Escola do Legislativo está à disposição dos 24 deputados e, principalmente, da população do Estado de Rondônia. Obrigado pelas palavras, Deputado Eyder Brasil.

Antes de terminar, nós vamos ter agora uma Comissão Geral. Mas antes da Comissão Geral, eu gostaria de convidar para uso da palavra o nobre Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente Alex Redano, muito obrigado por abrir desse espaço. Eu sei que não é um momento propício, mas o Presidente é sempre muito jeitoso com todos nós. Obrigado, Presidente.

Mas, eu queria fazer um breve resumo, muito rápido. Eu estou usando esta tribuna com muita alegria e cheio de gratidão pela semana passada, quando estivemos andando o

Estado de Rondônia. E quero agradecer aqui ao Governo do Estado de Rondônia, pois duas semanas atrás fiz uma indicação ao DER para a recuperação da RO-473, que foi o pedido do Vereador Wesley da Academia, de Urupá, e também pelo Secretário Couro Grosso (Nelson das Neves), de Alvorada D'oeste.

Eles fizeram um pedido de um trecho que estava com muitos buracos e havia muita reclamação. E, na semana passada, a gente recebeu a confirmação de que o DER já estava executando a "Operação Tapa-Buraco". Quero parabenizar aqui todo o Governo do Estado de Rondônia, o Governador, o Diretor-Geral Eder. Muito obrigado, diretor, pela resposta tão rápida.

Também quero agradecer aqui à SEAS e ao Prefeito Léo Moraes por atenderem um pedido tanto meu quanto do Vereador Pastor Evanildo, para atender as famílias do Baixo Madeira, em que todos os deputados aqui se manifestaram, inclusive o Presidente.

Mas, na quarta-feira, Presidente, teve uma forte chuva e as pistas ficaram alagadas. Nós não conseguimos chegar em Governador Jorge Teixeira, mais precisamente no Distrito de Nova Colina, onde foi entregue um Fiat Toro, através de nossa emenda parlamentar, para a saúde daquele distrito. E vale ressaltar que o veículo já está em uso da população, mesmo a gente não tendo feito a entrega simbólica, já está até sendo utilizado.

Quero agradecer aos organizadores e o Prefeito Gilmar Tomas. Prefeito, um grande abraço. Obrigado pela gentileza e organização, ao Vice-prefeito também, Agnaldo Lopes, ao Secretário de Agricultura, Jarbão, e o Secretário de Esporte, Adevanilton, nosso parceiro e professor, que é um parceiro lá em Governador Jorge Teixeira.

Depois, a gente teve uma reunião em Jarú, com o Vereador Orlando e o prefeito Jeverson Lima. Garantimos ali cinco tubos para substituição de cinco pontes de madeira. E estamos articulando a liberação de mais tubos ainda. E sexta-feira, ou sábado nós vamos estar em Jarú, juntamente com o Vereador Orlando e o Prefeito.

Em Vale do Paraíso, a gente foi recebido pelo Vereador Patrício Sena, pelo Prefeito Charles Gomes e pelo Vice-prefeito Luiz do Hotel. Fomos muito bem recebidos, Presidente, pelos vereadores e secretários, e encerramos com um maravilhoso café na casa da Nágila e do Lio, que é ex-vereador da cidade.

Firmamos uma parceria muito bacana para trazer benefícios para a cidade. E a gente tentou encontrar o Pastor João, da Igreja Quadrangular, mas não foi possível. Um abraço para o Secretário de Esporte, o Igor Albino, muita gente boa, e ao ex-vice-prefeito Adriano, além das demais lideranças.

Para resumir, Presidente, também estivemos em Rolim de Moura a convite do Prefeito Aldo Júlio. Fomos muito bem recebidos pelos seus secretários, pelo Secretário de Agricultura Uender Nogueira, pelo Vereador Marcelo Belgamazzi e o Vereador Professor Edilson.

Foi muito bacana, pois anunciamos lá investimentos de R\$ 3 milhões em estradas vicinais. E através do Vereador Professor Edilson, que fez um projeto muito bacana, o "Bico Legal", a gente destinou R\$ 150 mil para investir na cidade de Rolim de Moura e no sistema penal.

Encaminhei uma indicação ao Governo do Estado de Rondônia e também para SESDEC, para firmar o convênio com urgência, dentro dos trâmites legais. Olha só que bacana: para anexar uma parceria com a Polícia Civil e a Faculdade

de Rolim de Moura, a pedido também do nosso Vereador Marcelo Belgamazzi.

Em Alto Alegre dos Parecis, fomos recebidos também pelo Prefeito Dena. Foi muito bacana a recepção. Agradeço ao prefeito, que colocou 87 componentes de uma fanfarra, com o maestro Anderson. Um grande abraço para ele.

Tivemos em Pimenta Bueno, juntamente com o nosso ex-vereador Oziel Almeida, onde foi firmado o compromisso de R\$ 100 mil para a gente investir na EXPOPIB.

Em Espigão D'Oeste, gostaria de fazer a menção ao Prefeito Professor Weliton, a todos os vereadores e secretários que nos receberam. Um grande abraço ao Vereador Adriano da Ambulância e ao Secretário de Obra, Neca. Entregamos lá, juntamente com o Vereador Bahia, o caminhão-pipa que foi para o distrito de Pacarana. Eu quero mandar esse abraço para toda a população de Espigão D'oeste.

E, encerrando, que foi muito pé no chão, muito pé na estrada, eu também quero, Presidente, deputados e população do Estado de Rondônia, fazer uma fazer menção e parabenizar o Governador Marcos Rocha.

Na semana passada ou retrasada, o Governador fez uso dessa tribuna informando para nós, à população do Estado de Rondônia, que ele não ia topar mais comprar o hospital para o Estado de Rondônia, que era uma substituição ao Hospital João Paulo II. E na fala do Governador, falou que tinha atravessadores que estavam querendo usurpar o dinheiro público do Estado de Rondônia. Que até onde informaram o nosso Governador, seria uma compra de um hospital de mais ou menos de R\$ 40 milhões a R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões. E para a surpresa dele, através desses atravessadores, Deputado Alan Queiroz, que é da Saúde, chegaram a um valor exorbitante de R\$ 100 milhões.

Ele desistiu e ele ainda falou, em sua fala, que poderia até perder a eleição porque ele prometeu o Hospital de Urgência e Emergência, que é o Heuro, mas ele não ia entrar nessa pegadinha.

E eu quero parabenizar o Governador por essa coragem que teve de cancelar essa compra, Deputado Delegado Camargo. Mas, chega a informação para gente, que existem esses articuladores de plantão, que essa informação de R\$ 100 milhões é para ludibriar o Governador para ele anunciar que seria a compra de R\$ 100 milhões. E ele disse em sua fala que não iria comprar. Mas, na verdade, venderam essa informação pelo Governador, mas ainda existe a negociação, isso só foi para tapar o sol com a peneira, mas, na verdade, a compra ainda está em andamento.

E a verdade é que o hospital, que é o 9 de Julho, que é o que está se falando nos corredores e nos botequins, que estariam vendendo o hospital a R\$ 35 milhões, mas já está certo de comprar a R\$ 45 milhões ou R\$ 49 milhões. Então, Governador, fique atento porque esses atravessadores ainda querem lhe enganar.

Então, mais uma vez quero lhe parabenizar pela sua coragem de não deixar essas pessoas lhe enganar na compra desse hospital. Inclusive, é interessante analisar e se perguntar, e fazer uma investigação, de qual é o escritório de advocacia que está por trás dessa intermediação. Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns, Deputado Marcelo Cruz.

Gostaria de incluir na pauta um Requerimento do Deputado Alan Queiroz. E gostaria também de incluir um pedido do Deputado Delegado Camargo.

O SR. ALAN QUEIROZ - Presidente o Requerimento que eu coloquei à Mesa é só por conta da questão de data. Era 15, está conflitando, eu estou mudando para 14, para usar o auditório.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sem problemas.

Próxima matéria, por favor.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Secretária ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no dia 14 de maio de 2025, quarta-feira, às 15h, no Auditório desta Casa de Leis para a efetivação de outorga de honrarias à Missão Marcelina em Rondônia pelo Jubileu de Ouro de 50 anos de serviços prestados em saúde, educação, assistência social e evangelização à população rondoniense.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Em discussão o Requerimento. Alguém para discutir? Não havendo, vamos à votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, apenas gostaria que Vossa Excelência colocasse em votação Requerimento que apresento a Vossa Excelência de forma oral neste momento, porque amanhã nós teremos um dia, dia 2, em que comemoramos o Dia Mundial de Conscientização sobre Espectro Autista. E eu como pai atípico, pai de uma criança autista, representando nesta Casa todas as famílias atípicas do Estado de Rondônia, não poderia deixar passar em branco essa data tão importante. Afinal de contas, quanto mais informação, menos preconceito. E nada melhor do que o autodefensor, um autista, subir na tribuna desta Casa e dizer aquilo que pensa e o mundo como vê através do espectro.

Portanto, Excelência, solicito a Vossa Excelência votação de Requerimento para que logo após essa Sessão, seja transformada em Comissão Geral para que nós possamos, então, ouvir as falas do Diógenes, um autista que irá trazer aqui o mundo sobre a sua perspectiva. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero parabenizar Deputado Delegado Camargo. Eu tenho meu neto, o Miguel de 9 anos, que é autista também. Vovô está mandando um beijo para o Miguel. E é uma causa muito importante.

Tenho muito orgulho, Deputado Camargo, ajudei a afundar a AMAAR (Associação de Mães de Autistas de Ariquemes) quando era vereador. Fiz parte junto com a Milena desde a votação do terreno para a AMAAR; coloquei emendas como Vereador, coloquei emendas como Deputado. É uma causa muito bacana e vejo Vossa Excelência que tem feito um trabalho brilhante como deputado. Vejo também vários outros deputados, aqui na Casa, que tem contribuído e isso é muito bacana.

Quero te parabenizar pela lembrança, pela atitude, com certeza vamos abrir esse espaço aqui. Engrandece o Parlamento.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Presidente. O senhor coloca em votação, então, o Requerimento?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não precisa. Senhoras e senhores deputados, nos termos do artigo 135, inciso III, combinado com o Artigo 269, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, esta Sessão fica transformada em Comissão Geral, nos termos do Requerimento do Deputado Camargo.

(Às 18 horas e 53 minutos, transforma-se esta Sessão em Comissão Geral)

Solicito ao Deputado Camargo que acompanha o autodefensor Diógenes.

O SR. DIÓGENES OLIVEIRA - Uma boa noite. Boa noite a que presentes, a todos que também estão nos acompanhando através das redes sociais, do canal aqui da Assembleia Legislativa de Rondônia.

É com muita alegria e com muito prazer eu estou aqui para falar sobre uma causa muito nobre e também uma causa relevante na nossa atualidade. Primeiramente, eu quero também estender aqui a minha gratidão à oportunidade que está sendo dada a uma pessoa que está dentro do Espectro Autista, a um pai atípico e a um defensor, como assim foi

colocado, mas não somente um defensor, mas uma pessoa que tem viajado o Estado inteiro de Rondônia levando o conhecimento, informação e inclusão social através de projetos voltados para o público autista para famílias atípicas e, principalmente, levar políticas públicas efetivas.

Então, eu começo aqui me apresentando. Eu sou Diógenes Oliveira, sou filho dessa terra, ji-paranaense, tenho 37 anos e sou pai atípico. Eu também quero dizer a todos que estão aqui presentes, que é uma grande alegria para mim poder falar em nome do povo de Rondônia.

Por que em nome do povo de Rondônia? Porque aqui nós temos os nossos representantes e eu aqui falo pelos que colocaram vocês aqui para trabalhar para nós. Afinal, eu estou falando com aqueles que democraticamente nos representam.

Eu sou uma pessoa diagnosticada com Espectro Autista e TDAH. Sou formado em Teologia, Filosofia e estou agora concluindo curso de Administração de Empresas e Gestão Pública. Uma decisão que eu tomei logo após eu ter concluído uma missão de oito anos como pastor da Igreja Adventista do Sétimo Dia, na região sul de Rondônia, onde ali desenvolvi vários projetos sempre voltados para as causas sociais.

Eu não vi aqui, mas o Deputado Ismael Crispin, lá na região de São Miguel do Guaporé, onde fui pastor durante dois anos, conhece um pouco da minha trajetória. Também temos aqui em deputado Nim Barroso que também conheceu um pouco da minha trajetória nas causas sociais.

Quero estender aqui os meus cumprimentos ao Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia e a todos os outros parlamentares; também de maneira especial, ao Deputado Rodrigo Camargo por me dar voz neste momento.

Nobres deputados, autoridades presentes, cidadãos e cidadã do nosso querido Estado de Rondônia. É com grande honra e responsabilidade, eu, como pessoa com autismo e pai atípico, me dirijo essa Casa como representante da comunidade autista de Rondônia e também faço parte do IFA. O IFA é o Instituto Famílias Atípicas do Estado de Rondônia que foi fundado recentemente, na cidade de Ji-Paraná. Estamos sonhando com o Instituto que vai apoiar todas as causas. Não somente as do autismo, mas todas as deficiências.

Eu gostaria que vocês prestassem atenção agora, porque quem está falando aqui é alguém que representa o povo que colocou vocês aqui. Peço, por favor, que prestem atenção e, se quiserem anotar, escrever em papel, seria interessante.

Eu fiquei, mais ou menos, três horas e meia digitando ali no meu computador essas palavras. E aqui eu procurei ser justo, parcial e ao mesmo tempo falar a voz do povo. Tem muita mãe – sabe, queridos deputados –, tem muita mãe atípica que desejaria estar aqui no meu lugar para falar, não de uma forma tão amorosa, mas falar de uma forma firme o quanto o nosso Estado está carente e precisa demais olhar para essas famílias atípicas, não só do autismo, mas de todas as deficiências. Então, eu quero continuar o meu discurso, pelo qual aqui faço o papel do povo, do povo que paga o salário desta Casa, do povo que sempre busca as melhorias.

Então, no Dia Mundial da Conscientização do Autismo, no dia 2 de abril, nós queremos trazer aqui uma breve reflexão. Quando eu falo “nós queremos”, é porque eu não falo de mim como pai atípico, eu falo da comunidade autista de Rondônia para Vossas Excelências. Uma breve reflexão sobre a importância das políticas públicas eficazes e inclusivas para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, o TEA, e também para as pessoas com outras deficiências no Estado de Rondônia.

Autismo não é uma doença. Muitas vezes eu já fui chamado de “doido” ou de “uma pessoa que tem um problema na cabeça”. Mas, as pessoas não sabiam que tudo se tratava de um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por desafios na comunicação, na interação social e no comportamento repetitivo. “Poxa, mas você não parece autista, porque você tem uma boa comunicação.” De fato, cada autista é diferente do outro. Eu tenho boa comunicação, mas se você me perguntar algo referente a contas matemáticas, a cálculos, eu não tenho habilidade nenhuma em contas matemáticas, mas tenho habilidades em criatividade, execução de projetos e outras coisas mais, que graças ao espectro autista eu me redescobri.

O autismo não é uma doença – eu quero repetir aqui –, não é uma doença, é um transtorno do neurodesenvolvimento. Atualmente, no Brasil, a prevalência de casos de autismo é estimada em 1 a cada 36 pessoas, de acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde. Isso significa que, considerando a população brasileira – que nós temos cerca de 213 milhões de pessoas –, podemos ter cerca de 2 milhões de pessoas dentro do espectro autista. Eu faço parte desses 2 milhões de pessoas.

Reconhecendo a importância dessa realidade, nós precisamos assegurar os direitos e promover a inclusão dessas pessoas com legislação mais firme, com fiscalizações mais firmes e com cobranças às nossas autoridades, implementando tanto no âmbito federal como também no âmbito estadual. E eu quero começar aqui citando avanços que nós temos garantidos.

No cenário federal, eu quero destacar aqui a Lei 12.764, que é a conhecida “Lei Berenice Piana”. Acredito que Vossas Excelências conhecem bem. É uma legislação que foi instituída na Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, equiparando-a, para

todos os efeitos legais, a uma pessoa com deficiência. Entre suas diretrizes está a garantia de uma vida digna, integridade física e moral e acesso ao serviço de saúde e educação.

Está aí uma coisa que algumas mães atípicas, nobres deputados, elas têm me falado o quanto o nosso Estado ainda precisa melhorar. Muitas coisas boas foram feitas. E vale aqui ser justo. Muitas políticas públicas foram votadas aqui nesta Casa e, graças ao apoio, à compreensão e ao esforço desta Casa, muitas coisas melhoraram, mas ainda há muito que se fazer. E quando se fala de educação e saúde inclusiva, o nosso Estado ainda precisa evoluir.

Complementando a iniciativa da Lei Berenice Piana, nós temos a lei que foi sancionada na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, que é a Lei 13.977, que é a "Lei Romeo Mion", que criou a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a CIPTEA, que inclusive foi feito um aprimoramento aqui no nosso Estado graças à gestão de Vossas Excelências, nós temos também agora direito a essa carteira de identificação gratuita, graças também ao esforço do governo, do governo do nosso Estado e desta Casa.

Agora, eu quero entrar no cenário estadual. Citei aqui duas leis do cenário federal, agora eu quero entrar na parte do que é correspondente ao Estado.

Eu acredito que cada deputado aqui tem uma bandeira. Tem aquele deputado que é esforçado em trabalhar na área de infraestrutura, asfalto, construção. Há deputados que vão investir na questão da saúde, vão investir na questão da educação. E há aqueles que também estão preocupados e têm um olhar especial para as famílias atípicas, para os deficientes.

Eu quero relatar aqui a nossa gratidão da parte da comunidade autista de Rondônia e quero destacar o trabalho notável de um pai atípico, de um esposo atípico, que tem desempenhado, com excelência, o seu papel como deputado estadual nesta Casa. Eu estou falando aqui do Deputado Delegado Camargo, que mais uma vez agradeço por me dar essa oportunidade de falar. A gente percebe que quem vive na pele o que muitas famílias estão vivendo, se torna mais significativa a luta. Eu acredito que essa é a sua luta, Deputado Delegado Camargo e por isso que nós estamos juntos nessa caminhada.

E também, quero aqui destacar, de uma maneira bem resumida, porque são várias leis que foram aprovadas de autoria do Deputado Delegado Camargo, mas eu tenho certeza que essas leis, quando foram votadas, foram votadas também pelos companheiros parlamentares. Nada aqui se vota sozinho, tudo se vota em grupo. E eu acredito que todos que aprovaram essas leis, aprovaram porque também defendem essa bandeira tão sensível e tão especial.

Nós temos a Lei nº 5.886, de 01/10/2024: "Permite às pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA e às crianças com alergia alimentar o ingresso e a permanência, em qualquer local transportando alimentos, para consumo próprio e utensílios de uso pessoal."

Temos também a Lei nº 5.821 de 24/06/2021: "Permite a entrada e permanência de cães de terapia e assistência em locais públicos e privados, utilizados em intervenções assistidas com animais."

Também temos a Lei nº 5.922 de 2024: "Institui a Campanha de Conscientização sobre as Doenças Ocultas e regula a utilização do Cordão de Girassol."

Hoje, eu estou utilizando o Cordão do Quebra-Cabeça, que é do autismo, mas eu também utilizo o do Girassol que são das condições ocultas.

Nós temos também a Lei nº 5.763 de 2024: "Proíbe a violência institucional em decorrência do exercício de direitos das pessoas com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA)."

Temos também a Projeto de Lei Ordinária 666 de 2024: garante a disponibilização de camarotes acessíveis para que pessoas com deficiência tenham locais confortáveis em eventos culturais custeados com dinheiro público.

E com o apoio da maioria dos parlamentares desta Casa, como eu falei, eu fiz uma pesquisa bem ampla, foram aprovadas as seguintes leis:

Lei nº 5.441, de 17 de outubro de 2022, que assegura a emissão gratuita da Carteira de Identidade.

Temos a Lei nº 5.430, de 2022, que "Dispõe sobre a inclusão e reserva de vagas na rede pública e privada de educação para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista."

Outra lei que foi aprovada nesta Casa, Lei nº 5.976, sancionada em 8 de janeiro de 2025, que "Determina que os laudos médico-periciais que atestem Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como deficiências físicas, mentais e/ou intelectuais de caráter irreversível, passam a ter validade por tempo indeterminado."

Parabéns a esta Casa. Parabéns aos nobres deputados por apoiarem a essa política pública. Em Rondônia, o governo tem implementado políticas públicas para apoiar pessoas com TEA. O Centro de Reabilitação de Rondônia - CERO, oferece

tratamento especializado para crianças e adultos com autismo.

Porém, queridos deputados, principalmente Excelências que são da base do governo, o Estado de Rondônia precisa de centros de autismo, mas eu estou falando de centro de autismo de verdade. Porque essas casas, esses centros de reabilitação não atendem a um público específico, e sim a todas as causas, todos os transtornos, todas as reabilitações necessárias e, às vezes, não dão conta por conta da alta demanda.

Outra coisa também que está sendo implementado de parte do governo, isso é algo muito positivo, parabéns para todos os envolvidos, que além disso, foram sancionados decretos do governo que ampliam a isenção do ICMS e IPVA para veículos de pessoas com deficiência. Parabéns ao governo por tudo isso, porém há muitas coisas que nós precisamos melhorar.

Apesar dessas conquistas a implementação dessas políticas públicas ainda enfrentam desafios burocráticos e políticos. Políticos também.

Eu costumo dizer que existe a boa política e existe a má política. A má política é aquela que você vai trabalhar para alcançar um resultado, o resultado de votos. Há muitos deputados que estão mais preocupados com a reeleição do que com as verdadeiras causas que nós precisamos acolher.

Mas, existem também aqueles que lutam pela boa política, pela qual o povo de Rondônia busca sempre. Olha só, em uma iniciativa inédita, os organizadores do I Congresso Internacional de Autismo da Amazônia, que ocorreu em Porto Velho no dia 11 de novembro, divulgaram uma carta aberta que foi destinada para esta Casa. A fonte dessa informação foi o site gazetarondonia.com.br, de 06 de janeiro de 2024.

O Dr. Delson Fernando Barcelos Xavier, que é professor da UNIR (Universidade Federal de Rondônia), disse: "É inadmissível que, em pleno século 21, pessoas com autismo ainda enfrentam barreiras tão severas ao acesso aos seus direitos fundamentais. Precisamos de uma política pública que vá além das palavras, além das promessas."

Hoje, nós vemos algumas propagandas, vemos pessoas vestindo a camisa azul, em alusão ao mês de abril. Muitos vestem a camisa azul no dia 2 de abril, mas, no restante do ano, parece que se esquecem da causa pelo qual aparentam representar.

Eu quero aqui fazer um apelo a todos os municípios do Estado de Rondônia que estão assistindo esta Sessão: cobrem dos seus prefeitos, cobrem das suas autoridades, dos seus vereadores, o compromisso com a causa autista. Porque muitos utilizam a nossa causa como a política ruim, a má política, para conquistar votos, para ganhar a simpatia, mas, na verdade, estão "surfando na onda" do autismo. Queridos, não permitam que usem a nossa causa, tão sofrida e tão passiva de tantos desafios, para fazer palanque político.

As mães das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em Rondônia, enfrentam diversos desafios. Se houver algum parlamentar aqui ainda ouvindo isso, que ouça o que as mães atípicas do Estado de Rondônia retratam e trazem até mim, que são reclamações como: **preconceito e discriminação; desafios no mercado de trabalho; falta de apoio psicossocial; demora na emissão de laudos e diagnósticos; falta de unidades especializadas no atendimento ao TEA; acesso limitado a terapias especializadas; acesso à informação a educação sobre o autismo; e problemas com sistema de saúde pública.** Esses são alguns dos principais problemas relatados pelas mães atípicas do Estado de Rondônia.

Eu gostaria aqui de terminar a minha fala apresentando aqui brevemente três pontos que atualmente são considerados os principais desafios das famílias atípicas do Estado de Rondônia. Eu começo pela educação: a inclusão escolar é uma das maiores queixas das mães de crianças autistas.

Ainda que a lei determine que nós temos o direito que o nosso filho estude e tenha um acompanhamento de um cuidador, que tenha métodos adaptativos, há muitas famílias que não conseguem matricular os seus filhos. Porque, às vezes, a Escola Pública Estadual ou a Escola Pública Municipal, acaba negando a matrícula por falta de profissionais ou por falta de estrutura.

Em muitas escolas municipais e estaduais, a falta de preparo e capacitação dos professores e funcionários para lidar com as necessidades de crianças neurodivergentes impede uma verdadeira inclusão. A falta de capacitação de cuidadores e assistentes especializados nas salas de aula, gera uma resistência à plena integração dessas crianças ao ambiente escolar, dificultando a educação.

A burocracia para o acesso à educação inclusiva e a falta de infraestrutura adequada - tais como salas de aulas adaptadas e materiais pedagógicos adequados - também são desafios frequentemente apontados pelas mães atípicas do Estado de Rondônia.

Outro problema é, dentro dessa problemática, eu, como autista, quero fazer aqui uma sugestão para o Governo do Estado de Rondônia: falta de cuidadores especializados nas escolas e necessidade de capacitação de professores e profissionais da Educação Especial.

Atenção nobres deputados. Há relatos sobre a insuficiência de formação ou de formação específica dos educadores para lidar com as particularidades dos alunos dos

autistas. A falta de preparo pode dificultar a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes. A Secretaria de Educação do Estado de Rondônia (Seduc) tem promovido encontros e formações visando o acolhimento e a capacitação de profissionais para melhor atender os alunos neurodivergentes. No entanto, temos que reconhecer que ainda há muitos municípios, no interior de Rondônia, que não foram plenamente contemplados por essa mesma política de capacitação e treinamentos.

Como pessoa autista e pai atípico, gostaria de sugerir para o Estado de Rondônia um Projeto de Lei. Atenção, de Projeto de Lei eu não entendo nada, mas eu tenho certeza que vocês entendem. Projeto de Lei pelo qual se possa criar oficialmente o cargo de cuidador educacional na rede pública estadual.

Alguns municípios estão dando de 10 a 0 no governo estadual. Sabe por quê? Um exemplo é o Município de Campo Novo de Rondônia. Ele sancionou a Lei Complementar nº 096, de 31 de maio de 2022. O Município de Campo Novo de Rondônia criou o cargo de Cuidador Educacional na rede pública municipal de ensino.

Essa lei estabeleceu as atribuições desses profissionais, incluindo o auxílio a alunos com deficiência física e mental, com alimentação, locomoção, higiene e suporte em sala de aula.

Queridos, Rondônia tem capacidade para criar um Projeto de Lei e oficializar o cargo de cuidador educacional, porque os municípios estão tendo uma carência de cuidadores em sala de aula. Nossas crianças precisam de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. Eu estou falando aqui agora e eu tenho certeza que tudo que eu estou falando aqui

vai viralizar nas redes sociais, porque essa é uma cobrança genuína das famílias atípicas de Rondônia.

Pode soar um pouco, da minha parte, áspera as minhas palavras para aqueles que têm ouvidos para os seus próprios interesses, mas para aqueles que têm ouvido para a população de Rondônia, o que eu estou falando é uma realidade.

E eu quero concluir. No âmbito federal tramita o Projeto de Lei nº 5.178/2020, que busca regulamentar a profissão de cuidador. Oremos para que isso possa chegar até o Senado Federal, que já está em tramitação, e assim a gente possa ter, criar o cargo de cuidador em sala de aula. Isso é muito importante.

"Ah, mas o Estado não tem dinheiro." É só parar de cobrar imposto. É só parar de aumentar os impostos da população de Rondônia e começar a investir em educação, começar a investir em saúde, em infraestrutura. Porque dinheiro, o Estado de Rondônia tem um PIB que é muito grande, que daria para construir um centro de autismo, pelo menos em umas quatro ou cinco cidades-polo. Por quê? Porque Rondônia é uma potência na região Norte. O que falta é uma gestão verdadeira e direcionada para as causas, não somente do autismo, porque eu também falo daqueles que têm TDAH, daqueles que têm Síndrome de Down, daqueles que têm dislexia, daqueles que têm deficiência física e deficiência intelectual.

E finalizando aqui, eu quero agora finalizar com a última questão, que também tem a ver com o Estado.

Em casos específicos também há negativas de tratamentos pela Justiça. Alguns casos específicos, famílias atípicas de Rondônia, de crianças com autismo, enfrentam negativas judiciais quanto à cobertura de tratamentos especializados e terapia de alto custo. Muitas vezes há demandas por

tratamentos como terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada), fonoaudiologia, psicoterapia e outras abordagens especializadas são negadas pelo poder público de Rondônia.

O que está acontecendo? Porque o governo coloca uma propaganda que está investindo em saúde, em educação, mas quando tem negativas, o governo bota a culpa na Federação, dizendo que o Estado não pode pagar uma terapia ABA para aquela criança. O Estado não pode pagar um fonoaudiólogo para aquela criança que tem laudo. E o que acontece? O que todo mundo que está assistindo aqui sabe, não é, mãe atípica? Você que tem um filho autista, que está lutando no Ministério Público para conseguir um tratamento e o Estado nega.

O Estado nega, porque joga para a Federação. E a Federação, que é o SUS, fala que é responsabilidade do Estado. E o Estado joga o processo para cima da Federação, a Federação devolve para o Estado, e aquela mãe atípica sofre porque o filho não consegue um tratamento adequado, porque o Estado não quer cobrir os gastos.

É só o governo parar de viajar, de gastar o dinheiro com diárias, que vai sobrar dinheiro para construir centros de autismo, vai sobrar dinheiro para pagar o tratamento de milhares de crianças que estão ali no Ministério Público lutando por um tratamento. E, infelizmente, o Estado tem bons advogados e acabam negando o tratamento dessas crianças que precisam de acolhimento.

Então, queridos, eu acredito que talvez vai ser o meu primeiro e único momento de fala aqui nessa Casa, porque geralmente é difícil ouvir o que eu estou falando e eu estou muito nervoso aqui, que eu acho que vão até me prender. Não, é brincadeira. Não vão me prender, não.

Mas, eu sei que algumas pessoas não gostaram do que eu falei. Eu estou sentindo isso. Mas eu falo a verdade, porque

eu represento o povo de Rondônia aqui, agora. Nós colocamos vocês aqui e nós queremos que vocês trabalhem, mas trabalhem ainda mais, porque muitos pais sofrem, queridos deputados. Muitos pais sofrem.

Diante desse cenário é fundamental que esta Assembleia Legislativa reforce o seu compromisso pela causa. Os parabéns da comunidade autista, porque vocês fizeram e continuam fazendo. Mas, nós precisamos fazer mais. Precisamos cobrar o nosso governo para que possa investir mais em infraestrutura, centro de autismo e para que não neguem mais os tratamentos quando estão ali na justiça.

E eu quero finalizar. Em Rondônia é fundamental que continuemos a trabalhar para a capacitação dos profissionais de saúde, da educação, da assistência social, com a promoção de programas de formação contínua sobre o autismo.

Precisamos ainda investir mais em centros de diagnósticos e tratamentos especializados para garantir que nossas escolas públicas estejam equipadas para atender à necessidade das crianças com TEA.

Que amanhã, no Dia Mundial da Conscientização do Autismo, sirva como um marco para renovar o nosso esforço em prol de uma Rondônia mais inclusiva, em que todas as pessoas, independentemente das suas particularidades, tenham os seus direitos garantidos e possam viver com dignidade e respeito.

E eu quero terminar, falando para você que está me assistindo, para os nobres deputados que aqui estão ouvindo esse discurso de um pai: eu estou aqui hoje, eu estou hoje aqui, falando por essa criança. **(mostra emocionado um crachá)**

Este é o Paulo. Paulo Diógenes, meu filho de seis anos de idade. Autista. Uma criança que terá um futuro no Estado de Rondônia. Porque, se hoje nós estamos aqui falando, é

porque nós queremos um futuro em que os nossos filhos possam ser acolhidos de forma verdadeira, amável; porque eu acredito que, no futuro, nobres deputados, nós vamos ter aqui dentro desta Casa deputados com autismo, deputados com deficiências. E eu sonho, um dia, que no Governo do Estado de Rondônia nós possamos ter também um governador autista.

E eu tenho certeza que Rondônia tem potencial para que daqui a alguns anos, nós possamos ser um Estado de referência nas políticas públicas, e que nós possamos nos tornar uma potência na região norte e no Brasil.

Meu muito obrigado.

Peço desculpas, caso eu tenha falado de uma maneira mais áspera, mas é um pai preocupado com o futuro do filho.

Que todos vocês que estão nos assistindo agora, possam sentir o meu abraço. O abraço de um autista que neste momento está aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, representando você; não para apenas lembrar do dia 2 de abril, mas para lembrar que nós não estamos sozinhos.

Que esta Casa faça o compromisso, também, de abraçar esta causa. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Uma salva de palmas. Fazia muito tempo que eu não ouvia um discurso tão lindo, tão verdadeiro, tão emocionante. Parabéns, Diógenes! Que discurso maravilhoso, autêntico!

Gostaria de pedir uma gentileza ao pessoal da mídia. Gostaria que separassem esse discurso e o mandassem para todos os sites, para todos os canais de televisão, para a TV Assembleia. Podem mandar o discurso na íntegra para toda a população do Estado de Rondônia ter o privilégio de assistir

esse discurso maravilhoso. Parabéns, Diógenes. Parabéns, Deputado Delegado Camargo pelo convite, pela linda indicação.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Presidente.

Eu não tenho dúvidas que este foi um dos discursos mais lindos, sinceros e autênticos já proferidos nesta Casa. O que vocês estão vendo aqui é um choro de um autista que representa o meu sentimento como pai atípico, mães atípicas, que se sentem excluídos, à margem, diante de tantas desigualdades que nós temos no dia a dia.

Eu ganhei um presente hoje, vindo do céu, e esta Casa ganhou um presente ao ouvir um discurso lindíssimo. E ele fala para mim: "Eu falei muito, eu vou embora". Não. Você falou o que muitos querem dizer, mas poucos estão preparados para ouvir.

Obrigado, Presidente, por sua sensibilidade de ter ficado até esse momento aqui comigo. Parabéns, Diógenes.

Eu peço a você que está em casa que jamais desista de lutar por aquilo que é certo. Eu sei o quanto Diógenes precisou se superar para vir aqui hoje dizer tudo aquilo que disse. Que alegria. Você e a comunidade autista é sempre muito bem-vindo nesta Casa. Obrigado, Diógenes.

E receba, em meu nome, em nome do Presidente desta Casa, legitimado pelo povo de Rondônia através do voto para estar aqui, o meu sincero muito obrigado. E aquele abraço que você deu ali, eu também gostaria de receber. Parabéns. Obrigado, Diógenes.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu vou pedir permissão para também dar um abraço. Encerro o meu dia com o coração cheio de alegria, depois de ouvir esse discurso maravilhoso.

Parabéns Deputado Delegado Camargo. Valeu a pena cada segundo de estar aqui ouvindo o autodefensor Diógenes, que é da minha igreja, olha, Adventista como eu. Olha, que alegria. Você é pai autista. Eu sou vovô autista. Meu netinho de nove anos, Miguel, nós sabemos quantos desafios. E o Diógenes falou com autenticidade, ele falou com tanta, tanta verdade. Então o discurso emocionou a todos. Uma pena que nem todos presenciaram de forma ao vivo, mas nós vamos providenciar que as pessoas recebam em seus lares, através dos sites, através das redes sociais.

O SR. DELEGADO CAMARGO - TV Assembleia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - TV Assembleia.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Reproduzir constantemente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Reproduzir muitas vezes.

O SR. DELEGADO CAMARGO - No mínimo, essa semana, Presidente, duas, três vezes na programação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu vou, ainda hoje à noite, vou ligar para o Lubiana para providenciar toda essa

mídia, que é importante as pessoas ouvirem. Que discurso verdadeiro, brilhante, brilhante, foi realmente brilhante. Parabéns, Deputado Delegado Camargo. Encerrar com o coração feliz.

(Encerra-se esta Comissão Geral às 19 horas e 32 minutos)

Neste momento, declaro encerrada a Comissão Geral, retornamos aos trabalhos desta Sessão Ordinária.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para amanhã no horário regimental, às 9 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 33 minutos)

(Sem revisão dos oradores)